



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

ZPE

ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO AÇÚ

São João da Barra - RJ





Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais





Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais

ESTRUTURA DO DOCUMENTO:

- I. MENSAGEM DO GOVERNADOR EM EXERCÍCIO**
- II. DADOS DO PROPONENTE**
- III. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**
- IV. EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL**
- V. ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO - ZPE**
- VI. ALTERNATIVAS LOCACIONAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
- VII. REGIÃO NORTE FLUMINENSE**
- VIII. MUNICÍPIO SÃO JOÃO DA BARRA**
- IX. CARACTERÍSTICAS DA ZPE**
- X. APOIO LOGÍSTICO**
- XI. PERFIL DAS INDÚSTRIAS DA ZPE SO AÇU**
- XII. ASPECTOS AMBIENTAIS NO ENTORNO DA ZPE**



I – MENSAGEM DO GOVERNADOR:

RETOMADA DA ZPE DO AÇU

Antes da pandemia do coronavírus, o Estado do Rio de Janeiro já vinha trilhando o caminho da reindustrialização, com vistas ao seu desenvolvimento econômico, a partir da diversificação de sua matriz econômica e criação de uma cadeia de valor para o segmento de óleo e gás.

Desde que assumi o governo, determinei que fosse dedicada especial atenção ao setor secundário, principalmente no interior do Estado. A conclusão do projeto da Zona de Processamento de Exportação do Açú, no município de São João da Barra foi a missão que me dediquei a cumprir.

Em 29 outubro de 2020, foi publicado no Diário Oficial do Rio de Janeiro o Edital de Seleção da empresa que será responsável pela implantação e administração da ZPE, um passo primordial para o desenvolvimento de uma região estratégica para a economia do Rio de Janeiro.

Institucionalizadas pelo Decreto-Lei n. 2.542, de 29 de Julho de 1988, as ZPEs são áreas de livre comércio com o exterior que viabilizam a instalação de parques industriais mediante a suspensão de impostos e contribuições federais para bens de capital e insumos que sejam adquiridos no mercado interno ou no exterior, gerando emprego e renda, e auxiliando o superávit da balança comercial.

Atualmente o Brasil possui 16 (dezesseis) ZPE autorizadas e encontram-se em efetiva implantação. O sucesso da ZPE do Açú coroará o esforço hercúleo do nosso Governo em realizar um Programa de Estado que transcende ao imediatismo e nos remete ao desenvolvimento econômico permanente no tempo.

Açú reúne todas as condições para que esse modelo tenha sucesso aqui no Rio de Janeiro. Para além da sua localização estratégica, a região abriga o Complexo do Porto do Açú, que está se tornando o maior hub energético do Brasil, integrando polos de petróleo, gás, indústria naval e petroquímica, e os projetos de usinas termelétricas da Gás Natural Açú (GNA), joint-venture formada pela Prumo Logística, BP e Siemens.

A área de 1,8 Km² prevista para a implantação pertence à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin), órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais do Estado - SEDEERI.

A companhia irá conduzir o projeto de implantação, fiscalizar o contrato e analisar os requerimentos de indústrias que queiram se instalar na ZPE do Açú.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais

Para concorrer à licitação, a empresa precisa comprovar que terá capacidade financeira para cobrir os custos do projeto, além do depósito de garantias contratuais.

A retomada do projeto da ZPE de Açu faz parte das políticas e dos esforços do nosso governo para diversificar e descentralizar a atividade econômica no Estado, fortalecendo polos industriais, reduzindo desigualdades entre as regiões e possibilitando o aumento da receita tributária dos municípios do interior.

Além disso, este projeto servirá de importante instrumento a potencializar a retomada do crescimento econômico na região em um momento pós-crise da pandemia da COVID-19.

Levar o desenvolvimento econômico e social para todo o Estado do Rio de Janeiro. Este é o meu compromisso.

Cláudio Bomfim de Castro e Silva

Governador em exercício
Estado do Rio de Janeiro

II – DADOS DO PROPONENTE:

Proponente: **Governo do Estado do Rio de Janeiro**

CNPJ: **42.498.600/0001-71**

Representante Legal e Informações para Contato:

Nome: **Fábio Eduardo Galvão Ferreira Costa**

Cargo: **Diretor-Presidente**

Endereço: **Avenida Rio Branco, n. 110, 34 andar, Centro, RJ.**

Telefones: **(21) 2334 - 1405 / 2334 -1424**

Correio Eletrônico: presidencia@codin.rj.gov.br / fabiogalvao@codin.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais

Técnico Responsável e Informações para Contato:

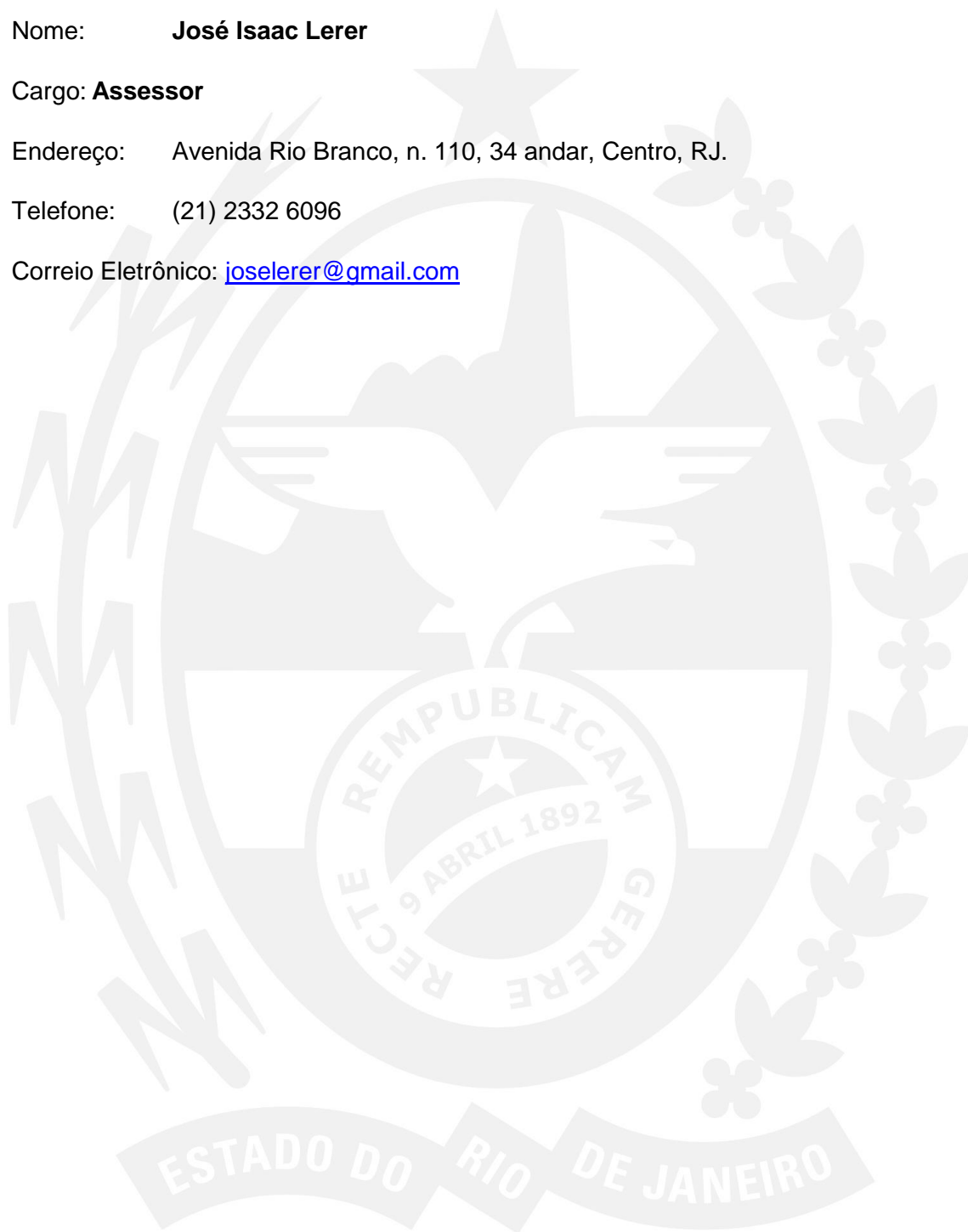
Nome: **José Isaac Lerer**

Cargo: **Assessor**

Endereço: Avenida Rio Branco, n. 110, 34 andar, Centro, RJ.

Telefone: (21) 2332 6096

Correio Eletrônico: joseleler@gmail.com





III - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao se cotejar alguns indicadores relativos às diversas regiões do Rio de Janeiro, constata-se que dentre os estados da federação é o que apresenta o maior nível de concentração econômica e demográfica na sua Região Metropolitana.

A presente assertiva é comprovada quando se analisa a distribuição espacial da população e do PIB do estado do Rio de Janeiro. Tomando-se o norte fluminense como parâmetro, verifica-se que essa região conta com 5,9% da população do estado, numa área que representa 22,3% do território e um PIB equivalente a 15,7% do total fluminense.

A Região Metropolitana, por sua vez, tem uma área praticamente igual, 23,4% do estado, abriga 78,8% da população e é responsável por 63% do PIB. Quando a comparação é feita com outras regiões do estado, como o Noroeste, o desequilíbrio é ainda maior.

A título de comparação cita-se a Região Metropolitana de São Paulo, ela apresenta um dos maiores índices de concentração econômica e demográfica do país, responde por 49% da população e 55% do PIB paulista, percentuais abaixo do que é verificado na área metropolitana fluminense.

O quadro apresentado mostra a necessidade de se fomentar no estado do Rio de Janeiro políticas voltadas para a desconcentração da atividade econômica, não só com vista a promover a redução dos desníveis econômicos e sociais ocorridos interregionalmente, como também para atenuar a pressão migratória da população do interior em direção à área metropolitana, além de, adicionalmente, possibilitar o aumento da receita tributária dos municípios de pequeno e médio porte.

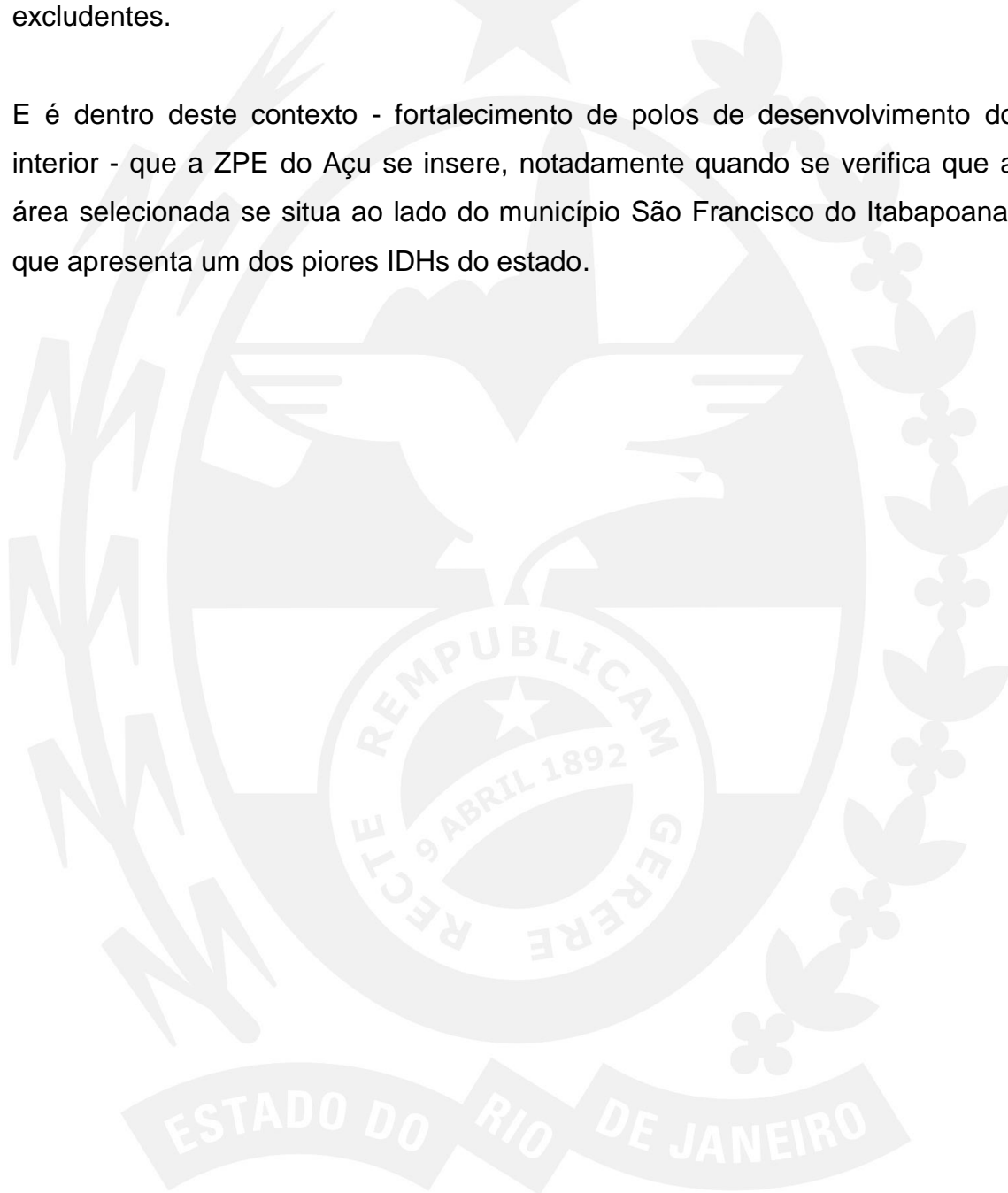


Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais

A proposta preconizada não significa que não se deva fomentar o crescimento da área metropolitana do Rio de Janeiro nas atividades em que ela oferece vantagens comparativas, como serviço, turismo, tecnologia e em alguns segmentos industriais, ou seja, as políticas são complementares e não excludentes.

E é dentro deste contexto - fortalecimento de polos de desenvolvimento do interior - que a ZPE do Açu se insere, notadamente quando se verifica que a área selecionada se situa ao lado do município São Francisco do Itabapoana, que apresenta um dos piores IDHs do estado.





IV – EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

Um dos principais fatores que possibilitou a expansão da produção industrial na China foi à criação das chamadas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), assim como a abertura de importantes cidades portuárias ao capital externo. As ZEEs, aqui conhecidas como Zona de Processamento de Exportação - ZPEs se constituem zonas de livre comércio estabelecidas por meio de uma legislação mais flexível, com a redução ou até mesmo a isenção de impostos.

Essas medidas visavam atrair investimentos estrangeiros e absorver as inovações tecnológicas desenvolvidas nos países mais avançados. Elas se tornaram alvo de grandes investimentos realizados, sobretudo, por japoneses e norte-americanos.

Entre 1980 e 1984, o governo chinês estabeleceu uma série de zonas econômicas especiais com leis próprias no que toca à iniciativa econômica de particulares que se afastam da então rigidez do regime comunista no resto do território chinês. Elas foram estabelecidas em Shantou, Shenzhen e Zhuhai, todas na província de Guangzhou, em Xiamen e em Fujian, bem como a ilha inteira que constitui a província de Hainan.

Em linhas gerais, as ZPEs chinesas apresentam as seguintes características:

- Abertura de mercado ao capital estrangeiro, mas também com forte participação estatal;
- Proximidades das áreas portuárias e urbanas;
- Produção industrial diversificada e voltada especialmente para as exportações;
- Foram apoiadas por um conjunto de infraestrutura que permitissem a entrada do capital financeiro;
- Mão de obra abundante;
- Assumem o modelo econômico: economia de mercado;
- Isentos de impostos.



Com exemplo do acerto da política chinesa cita-se a ZPE de Xiamen, situada no estado de Fujian, que conta com uma população de 100 mil habitantes e uma área de 1.700km², menor que Volta Redonda, cuja área de 2.016 Km² situa-o como o menor município do estado do Rio de Janeiro em extensão territorial. As empresas nela instaladas exportaram para os países do BRICs, Brasil, Índia, África do Sul e Rússia a quantia de U\$ 3,4 bilhões no primeiro semestre de 2017. Projetando o valor para todo o ano, o montante exportado seria U\$ 6,8 bilhões, valor pouco inferior às exportações de manufaturados realizadas em 2016 pelo estado do Rio de Janeiro, U\$ 8,7 bilhões e, importante ressaltar, o montante se refere apenas as vendas realizadas para os BRICS.

Certamente se for incluída as exportações para todos os países, as vendas da ZPE de Xiamen são bem superiores à realizada pelo Rio de Janeiro e pela maioria dos estados brasileiros.

Outra vertente que mostra a relevância das ZPEs no processo de desenvolvimento econômico chinês são os resultados obtidos pela maior zona de livre comércio do país, situada no estado de Guangdong. A ZPE de Shenzhen compreende um conjunto de três zonas de livre comércio, a Shenzhen Yantian Port Free Trade Zone, Shenzhen Futian Free Trade Zone, Shenzhen Shatoujiao Free Trade Zone.

O valor exportado por Shenzhen superou U\$ 271,37 bilhões em 2012, representando 13,2% do total da China e 47,3% do total de Guangdong. Ela manteve sua posição como o maior exportador de todas as cidades da China continental por dezesseis anos, sendo que o valor do comércio exterior da zona de livre comércio de Shenzhen totalizou U\$ 126,25 bilhões, representando 46,5% do total das exportações realizadas por Shenzhen.



O bom desempenho das ZPEs chinesas pode ser atribuído não só ao fato delas contarem com políticas econômicas especiais e medidas governamentais flexíveis, como também da boa logística que oferecem as empresas, notadamente no que tange a proximidade de Portos.

Shenzhen Shatoujiao, criada em 1987, situa-se a 1 km do porto de Yantian é a zona de comércio livre mais antiga da província de Guangdong. Shenzhen Futian, criada em 1991, está localizada ao lado de uma via expressa e está conectado com Hong Kong pela Lok Ma Chau Bridge e Shenzhen Yantian Port localizada dentro do porto de Yantian, foi aprovada em 1996.

O porto de Shenzhen foi o quarto maior porto do mundo em 2013 em termos de movimento de contêineres e o Aeroporto Internacional Shenzhen Bao'an é o quarto maior aeroporto da China continental em termos de tráfego de carga.

Pelo exposto, verifica-se que um dos motivos do exitoso histórico das ZPEs chinesas reside no fato delas contarem com o apoio de boa logística de transporte, notadamente de um hub portuário próximo e eficiente.

Mas não é só na China que ZPEs se mostraram relevantes na política de desenvolvimento econômico, países com perfis tecnológicos e sócios econômicos distintos, como o México, Índia, Porto Rico, Costa Rica, dentre outros, o mecanismo foi igualmente utilizado com sucesso.

Em linhas gerais pode-se afirmar que o somatório de legislação tributária adequada, boa logística e promoção comercial, podem transformar as ZPEs num poderoso instrumento para alavancar a economia de um país e, no caso presente, do norte fluminense.

A atual legislação tributária vigente nas ZPEs, que poderá ser aprimorada, caso seja aprovada o PL 5957/2013 que tramita no Congresso, somada a excelência da logística oferecida pela região onde se situa o Porto do Açu - a rapidez da



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais

operação de embarque e desembarque no porto e o seu canal de águas profundas são algumas delas -, e a sua boa localização em relação à região compreendida no triângulo formado pelas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória, e, ainda, o apoio da infraestrutura de serviços e mão de obra qualificada existentes na região compreendida no eixo Campos/Macaé, faz com que a ZPE do Açu, uma vez aprovada, se constitua numa das melhores alternativa locacional para as empresas do país e exterior que visem comercializar seu produtos no competitivo no mercado internacional.





V – AS ZPE's NO CONTEXTO NACIONAL

As Zonas de Processamento de Exportação - ZPE caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior destinado à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados externamente, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro.

Apresentam, dentre outros, os seguintes objetivos:

- Atrair investimentos voltados para as exportações;
- Colocar as empresas nacionais em igualdade de condições com suas concorrentes localizadas em outros países, que dispõem de mecanismos semelhantes;
- Criar emprego e renda;
- Corrigir desequilíbrios regionais;
- Aumentar o valor agregado das exportações e fortalecer o balanço de pagamentos;
- Difundir novas tecnologias e práticas mais modernas de gestão.

As empresas instaladas nas ZPEs gozam de incentivos fiscais, cambiais e administrativos concedidos pelo Governo Federal (Lei 11.508/2007, com as alterações introduzidas pelas Leis 11.732/2008 e 12.767/2012, resumido a seguir:

- Suspensão de impostos e contribuições (Imposto de Importação, IPI, PIS, COFINS, PIS-Importação e COFINS-Importação e Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante) nas aquisições no mercado interno e nas importações. Na importação de bens de capital, o incentivo se aplica a bens novos e usados, estes últimos quando se tratar de conjunto industrial e que seja elemento constitutivo da integralização do capital social da empresa;



- As empresas podem destinar até 20% do valor da receita bruta resultante da venda de bens e serviços para o mercado interno. Entretanto, sobre estas vendas incidem integralmente todos os impostos e contribuições normais sobre a operação e mais os impostos/contribuições suspensos quando da importação ou aquisição de insumos no mercado interno;
- As empresas gozam de liberdade cambial, podem manter no exterior, permanentemente, 100% das divisas obtidas nas suas exportações; fora das ZPEs, essa faculdade não é garantida em lei, dependendo de resolução do Conselho Monetário Nacional;
- Nas suas importações e exportações, as empresas estão dispensadas de licenças ou autorizações de órgãos federais, que não sejam associadas aos controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional ou de proteção ao meio ambiente;
- Os tratamentos fiscal, cambial e administrativo resumidos acima estão assegurados pelo prazo de até 20 anos, podendo ser prorrogados por igual período, no caso de investimentos de grande vulto, que exijam longos prazos de amortização;

Além disso, as empresas em ZPE também têm acesso aos seguintes benefícios disponíveis para qualquer outra, independentemente de estar localizada em ZPE ou não:

- Redução à zero do IR sobre remessas para promoção comercial no exterior;
- Preferência nas compras governamentais de bens e serviços de informática e automação;
- Isenção e manutenção de crédito de IPI e depreciação acelerada para equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos novos; e vários



benefícios (depreciação integral, redução de IR sobre remessas para registro de marcas etc.) para as empresas que atuarem em pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica.

No âmbito dos governos estaduais, as empresas instaladas nas ZPEs podem se beneficiar, ainda, da isenção do ICMS nas importações e nas compras no mercado interno. O Convênio ICMS 99/1998 do CONFAZ, alterado pelo Convênio ICMS 119/2011, autoriza os Estados a isentar do ICMS as saídas internas destinadas aos estabelecimentos localizados em ZPE; a entrada de mercadorias ou bens importados do exterior; e a prestação do serviço de transporte de mercadorias ou bens entre as ZPEs e os locais de embarque/desembarque, conforme o caso.

Já o Convênio ICMS 97/2012 autoriza os estados a isentar a cobrança do diferencial de alíquota, incidente nas transações interestaduais envolvendo bens de capital.





VI – ALTERNATIVAS LOCACIONAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A experiência internacional mostra que ZPEs criteriosamente localizadas podem se constituir num importante instrumento para a dinamização da economia regional. Nesse sentido a grande questão foi decidir a região onde ela deveria ser implantada no estado, pois o Rio de Janeiro oferece diversas alternativas locais competitivas passíveis de receber o projeto.

A análise considerou, dentre outros, os seguintes aspectos:

- Necessidade de o município dispor de porto, dado o foco do projeto;
- As exigências constantes na Resolução CZPE 01/2010 que define os critérios básicos para a seleção locacional da região para se instalar ZPE;
- Disponibilidade de áreas adequadas ao perfil do projeto do ponto de vista urbanístico, ambiental e institucional nas diversas regiões selecionadas;
- Atender, do ponto de vista logístico, as principais demandas das empresas.

O Art. 4 da Resolução acima citada determina que os projetos sejam instalados em regiões menos desenvolvidas, além de vedar sua instalação nas capitais dos estados situados nas regiões sul e sudeste.

O Art. 5 define as seguintes diretrizes básicas para a criação de ZPE, quais sejam:

- Contribuir para o desenvolvimento local, possibilitando a redução de desequilíbrios regionais;
- Aproveitar o potencial exportador da região e aumentar o valor agregado das exportações brasileiras;



- Priorizar propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação;
- Utilizar de forma racional os recursos naturais.

O disposto no item I explicita que as ZPEs são consideradas instrumentos para reduzir o desequilíbrio regional, devendo ser instaladas em áreas menos desenvolvidas. Ao mesmo tempo a região deve contar com potencial privilegiado para a exportação, assim entendido:

- Contar com disponibilidade de insumos (matérias primas, partes, peças ou componentes);
- Ofereça condições para a produção dos bens e serviços, mão-de-obra capacitada ou possibilidade de capacitá-la;
- Disponha de canais de escoamento eficientes para a entrada de insumos e envio dos produtos elaborados para o exterior (portos, aeroportos, rodovias, ferrovias);

Além dos aspectos acima considerados, outras condicionantes foram contempladas, tais como:

- A região deveria oferecer áreas industriais legalmente definidas como tal;
- Dispor de infraestrutura física adequada;

Com base nos aspectos legais e critérios acima expostos, foram feitas avaliações relativas às seguintes alternativas locais:

- Rio de Janeiro;
- Niterói;
- Itaguaí;
- Macaé (expansão do porto);
- Maricá (porto - projeto);



- São João da Barra.

Resumidamente a situação de cada uma das alternativas é a seguinte:

Rio de Janeiro - o Porto do Rio não conta com retro área disponível, o município é o mais rico do estado, (a legislação enfatiza que as ZPEs devem se instalar em regiões menos desenvolvidas) e, argumento contra definitivo, proíbe a instalação de ZPEs nas capitais dos estados das regiões sul e sudeste;

Niterói - não conta com retro área, porto com reduzido movimento de navios de carga, além de se situar no município com maior IDH do estado;

Itaguaí - em 1994 foi aprovado através do Decreto federal 1278/94 o projeto da ZPE de Itaguaí em parte da área onde seria implantado o Polo Gás Químico, à época de propriedade da Petrorio, hoje pertence à Petrobras. O Decreto Estadual 20.811/94 determinava a adoção de medidas visando à criação de uma administradora pública, sendo esta uma das causas do projeto não ter sido implantado, ele foi descontinuado devido à troca de governo e falta de recursos públicos para viabilizá-lo. O Porto de Itaguaí, um dos mais modernos do Brasil, é administrado pela iniciativa privada.

Macaé - Devido à saturação operacional do Porto de Imbetiba situado no município, será construído um novo Terminal, denominado Tepor, voltado para movimentação de cargas visando atender às unidades de exploração e produção nas Bacias de Campos e de Santos. O novo terminal prevê uma plataforma marítima com cerca de 90 mil m², com área para atendimento de 14 embarcações de grande capacidade simultaneamente e uma área de 400 mil metros quadrados em terra de



apoio à operação offshore. Suas obras deverão estar concluídas em 2020.

Maricá – Não tem porto, e sim um projeto em curso para a implantação em Jaconé do Terminal Ponta Negra (TPN), voltado para transportes de cargas de granel líquido e contêineres. O empreendimento ainda depende da aprovação de órgãos ambientais e o prazo de conclusão das obras é de 30 meses, o que remete para 2020 o início da sua operação;

São João da Barra - O município conta com o Porto do Açú, que apresenta uma área de 90 km², localizado a 150 km da Baía de Campos, dispondo de 17 km de cais com até 23m de profundidade, com capacidade para receber navios de grande porte. Além disso, conta com um Distrito Industrial com 72km² e retro área para armazenamento e movimentação de carga, já figurando como o 4 terminal privado de carga do país.

Pelo exposto, verifica-se que os Terminais de Maricá e Macaé só deverão ter as obras concluídas em 2020. A alternativa Porto do Rio de Janeiro se inviabiliza devido à legislação vedar a implantação de ZPEs nas capitais do Sul/Sudeste. Já o Porto de Niterói apresenta pouca frequência de linhas de navios, não dispõe de retro área, além de contar com o maior IDH municipal fluminense e se situar na região mais rica do estado.

Neste sentido, as alternativas locacionais de uma ZPE no território fluminense ficam restritas a dois municípios: **São João da Barra** e **Itaguaí**, e **é sobre estas duas alternativas que foram realizadas análise comparativa mais detalhada.**

O estudo realizado demonstrou que o município de Itaguaí conta com índices sociais superiores aos de São João da Barra, incluindo o IDH, além de se situar



na Região Metropolitana, a mais rica do estado, responsável por 68,6% do PIB fluminense, ao contrário de São João da Barra, que se insere na Região Norte, responsável por apenas 15,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Com base no critério das ZPE's *“que os projetos sejam instalados em regiões menos desenvolvidas”*, a avaliação pende para São João da Barra.

No que concerne ao critério eficiência portuária, verifica-se que os dois portos são modernos, contam com canal de águas profundas e grandes retro área, sendo administrados por grupos privados experientes e capitalizados.

No aspecto infraestrutura, ambos os portos oferecem energia elétrica de alta tensão, sistema de água e esgoto, acessos rodoviários, Itaguaí conta com acesso ferroviário, a implantação do modal no Açu o modal encontra-se em estudo pelo governo federal, o sistema de fornecimento de gás par fins energético, já existente em Itaguaí, será implantado até 2021 no Porto do Açu com capacidade para processar 6,5 milhões de m³/dia, contando com 6.400 MW, já licenciado e irá utilizar como matéria prima gás importado e produzido nas Bacias de Campos e Santos.

Entretanto, existe um aspecto, que somados aos anteriores, dificulta, no presente, a viabilização do projeto da ZPE de Itaguaí, a área selecionada não pertence nem ao governo do estado, nem ao do município, é de propriedade da Petrobras que não cogita ceder (vender não seria o caso, pois o governo do estado e municipal não contam com recursos financeiros) a área para um dos entes federativos desenvolver o projeto. Mesmo que existisse essa possibilidade, o assunto não é tão simples, pois a Petrobras é uma S.A. com ações cotadas na bolsa e não pode se desfazer a custo zero de parte do seu patrimônio.

E, adicionalmente, para o governo ter condição legal para realizar um processo de seleção pública para escolher empresa privada para implantar e administrar



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais

a ZPE, é necessário que ele seja proprietário da área, e isso não ocorre em Itaguaí.

Já a área selecionada para a ZPE em São João da Barra se situa dentro do Distrito Industrial do município, conta com licença ambiental e pertence à CODIN- Cia. de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro, empresa estadual de economia mista que será longa manus do Estado durante todas as etapas do processo de implantação e administração da ZPE.

Neste sentido, ao se cotejar as variáveis sociais, logísticas, econômicas e fundiárias relativas às duas opções locacionais, tendo como pano de fundo a Resolução CZPE 01/2010 que regulamenta a matéria, constata-se que o município de São João da Barra, onde se localiza o Porto do Açu, é o que melhor atende as normas da política federal de ZPEs, as prioridades governamentais, (desconcentração da atividade econômica) e das empresas que contam com interesse em se localizar-se numa ZPE no estado do Rio de Janeiro.



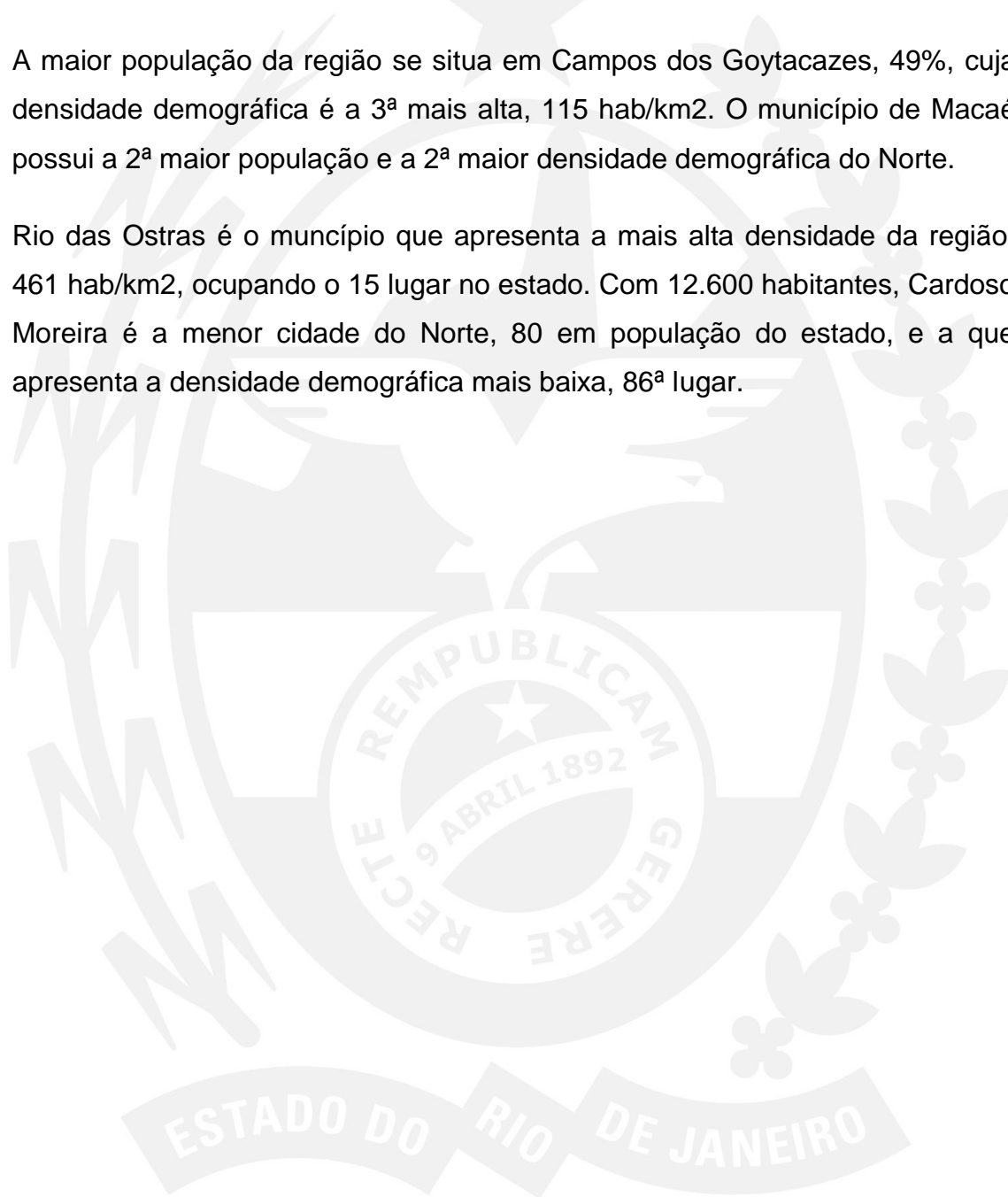


VII – CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE

A região Norte Fluminense possui 955.191 habitantes, o que corresponde a 6% da população do Estado do Rio de Janeiro. Sua densidade demográfica é de 96 hab/km², enquanto a média estadual é 365 hab/km², 180% maior.

A maior população da região se situa em Campos dos Goytacazes, 49%, cuja densidade demográfica é a 3ª mais alta, 115 hab/km². O município de Macaé possui a 2ª maior população e a 2ª maior densidade demográfica do Norte.

Rio das Ostras é o município que apresenta a mais alta densidade da região, 461 hab/km², ocupando o 15 lugar no estado. Com 12.600 habitantes, Cardoso Moreira é a menor cidade do Norte, 80 em população do estado, e a que apresenta a densidade demográfica mais baixa, 86ª lugar.

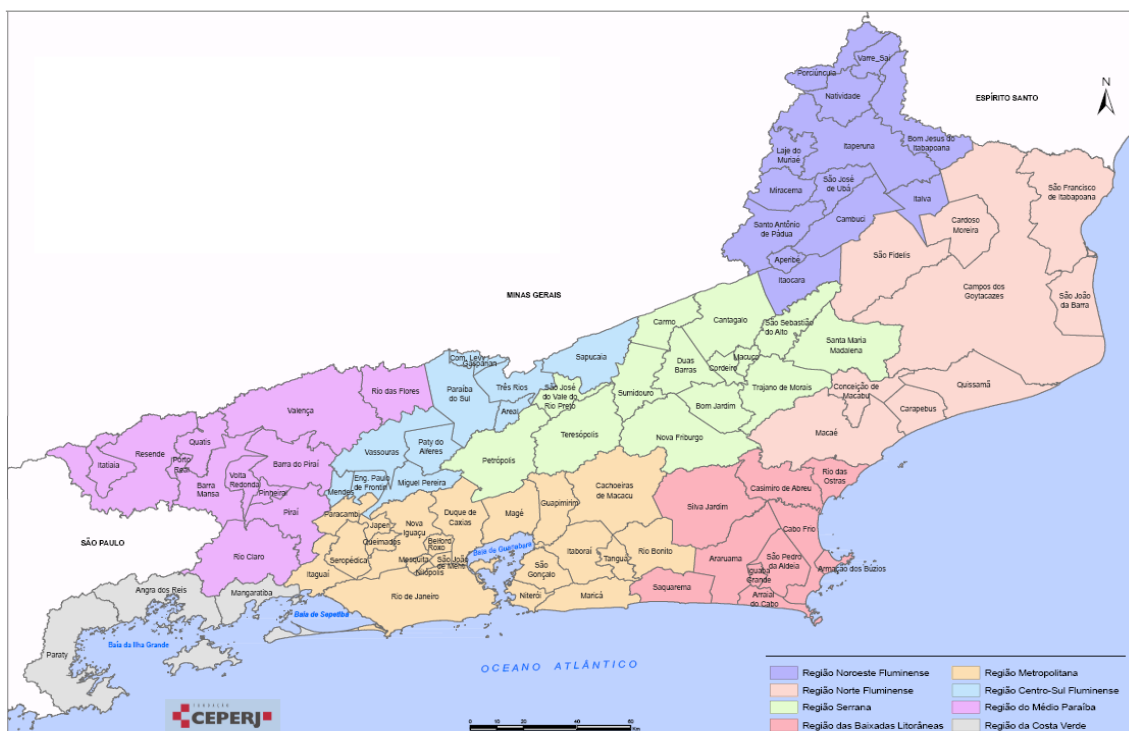




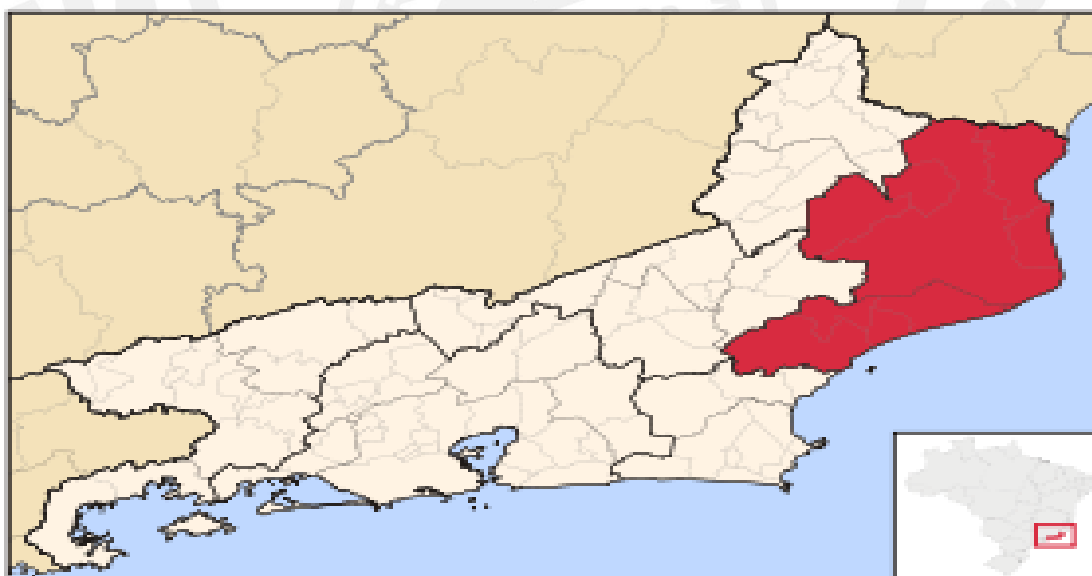
Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais

Regiões do Estado do Rio de Janeiro



Região Norte Fluminense



**POPULAÇÃO RESIDENTE, ÁREA TOTAL E DENSIDADE DEMOGRÁFICA: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NORTE FLUMINENSE E MUNICÍPIOS, 2010.**

	POPULAÇÃO	ÁREA (KM²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/KM²)
ERJ	15.989.929	43.780	365
Norte Fluminense	955.191	9.974	96
Campos dos Goytacazes	463.731	4.027	115
Carapebus	13.359	308	43
Cardoso Moreira	12.600	525	24
Conceição de Macabu	21.211	347	61
Macaé	206.728	1.217	170
Quissamã	20.242	713	28
Rio das Ostras	105.676	229	461
São Fidélis	37.543	1.032	36
São Francisco de Itabapoana	41.354	1.122	37
São João da Barra	32.747	455	72

Fonte: IETS, com base nos dados do Censo/IBGE (2010).

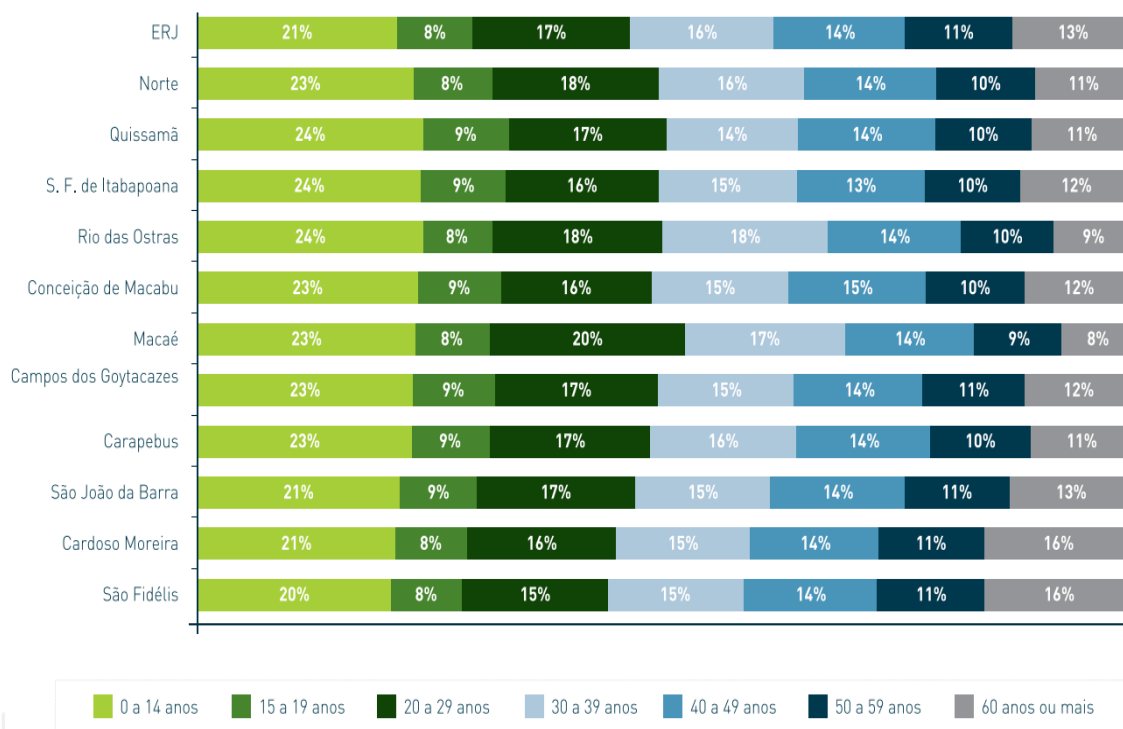
Notas: exclusive a população residente nas áreas urbanas isoladas; valores incluindo as águas interiores.

A distribuição da população por faixa etária no norte fluminense revela uma proporção maior entre os mais jovens (crianças de 0 a 14 anos e adultos de 20 a 29 anos) e menor entre os mais velhos (adultos acima de 50 anos), quando comparada com a média do ERJ.

Os municípios de Quissamã, São Francisco de Itabapoana e Rio das Ostras apresentam o maior percentual de crianças (0 a 14 anos). Por sua vez, São Fidélis e Cardoso Moreira contam com as percentagens mais altas de pessoas com 60 anos ou mais (16%), o contrário acontece em Macaé (8%) e Rio das Ostras (9%). Além disso, esses dois municípios possuem uma participação maior de adultos de 20 a 59 anos, com 61% em Macaé e 60% em Rio das Ostras.



DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NORTE FLUMINENSE E MUNICÍPIOS, 2010.



Fonte: IETS, com base nos dados do Censo/IBGE (2010).

▪ **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**

Para se avaliar a qualidade de vida dos municípios da região, utilizou-se o IDHM, que é o resultado da média geométrica de três indicadores, longevidade, educação e renda. Ele varia de 0 a 1, considerando que quanto mais próximo de 1 maior é o desenvolvimento humano do município.

Há cinco faixas de desenvolvimento: muito baixo (igual ou inferior a 0,499); baixo (entre 0,500 e 0,599); médio (entre 0,600 e 0,699); alto (0,700 a 0,799); e muito alto (igual ou superior a 0,800).

Entre os municípios do Norte, em 2000, apenas Macaé superava o IDHM do estado, mesmo assim com uma diferença bem pequena. Em 2010, Rio das Ostras registrou o maior IDHM da região, que foi superior a do estado.

Os municípios de Carapebus e Quissamã passaram da faixa de desenvolvimento baixo, em 2000, para o nível alto em 2010, indicando



melhorias sociais, embora ainda se encontrem abaixo da média do estado. Os municípios que apresentam os menores índices são Cardoso Moreira e São Francisco de Itabapoana.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL: ESTADO DO RIO DE JANEIRO E MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE, 2000 E 2010.



Fonte: IETS, com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD-Ipea-FJP (2013).

Em relação às mudanças regionais no ranking estadual do IDHM entre 2000 e 2010, os destaques são Rio das Ostras, que avançou 27 posições, e Carapebus, que conquistou 24. Em ambos os municípios, a dimensão que mais cresceu foi educação, seguida por longevidade e renda. Apesar da melhora no IDHM, Macaé caiu da 4ª para a 7ª posição, ficando atrás de Rio das Ostras, 3º lugar no estado. Esse município obteve um crescimento maior do que o de Macaé nas três dimensões do indicador, entretanto o IDHM de renda de Macaé é superior ao de Rio das Ostras.

O PIB per capita do Norte Fluminense é o mais elevado dentre as regiões do estado, em função da relevância das atividades ligadas a petróleo e gás natural na sua economia. No entanto, o percentual de pobres e a desigualdade de renda, medida pelo coeficiente de Gini, estão entre os mais altos, indicando uma região desigual, apesar de rica.



Dos cinco municípios com os maiores PIB per capita do estado, quatro ficam no Norte: Quissamã, São João da Barra, Rio das Ostras e Campos dos Goytacazes. Rio das Ostras e Macaé apresentam os melhores indicadores da região, exceto em relação à desigualdade de renda. Campos dos Goytacazes possui o 5 maior PIB per capita do ERJ e a 33ª renda domiciliar per capita, porém, como tem a maior desigualdade de renda da região, uma das piores do estado (89), apresenta um alto percentual de pobres, 38%.

O município de São Francisco de Itabapoana, vizinha a São João da Barra, é a cidade com a situação mais crítica: ocupa a 91ª posição no ranking do IDHM (penúltimo lugar no estado) e conta com a menor renda domiciliar per capita no estado, com mais da metade da população de pobres (56%), apesar de ser a 31ª no ranking do PIB per capita.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais

RANKING DO IDHM EM 2000 E 2010, PIB PER CAPITA, PERCENTAGEM DE POBRES, COEFICIENTE DE GINI E RENDA DOMICILIAR PER CAPITA: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NORTE FLUMINENSE E MUNICÍPIOS.

	RANKING IDHM 2000	RANKING IDHM 2010	PIB PER CAPITA (R\$) 2011	RANKING PIB PER CAPITA	% DE POBRES	RANKING ESTADUAL % POBRES	COEFICIENTE DE GINI	RANKING ESTADUAL GINI	REND DOMICILIAR PER CAPITA (EM R\$ POR MÊS DE JULHO DE 2010)	RANKING RENDA DOMICILIAR PER CAPITA
ERJ			28.696		26		0,599		991	
Norte Fluminense			74.656		32		0,570		752	
Campos dos Goytacazes	36	37	79.485	5	38	78	0,578	89	651	33
Carapebus	65	41	58.150	11	27	25	0,445	6	603	47
Cardoso Moreira	89	89	10.454	83	42	84	0,477	23	445	86
Conceição de Macabu	37	47	9.987	87	30	36	0,488	31	602	49
Macaé	4	7	59.116	10	20	5	0,566	85	1.047	3
Quissamã	73	55	193.741	2	35	68	0,542	75	602	48
Rio das Ostras	30	3	83.103	4	19	4	0,536	71	1.022	4
São Fidélis	58	65	12.000	63	33	54	0,472	19	557	62
São Francisco de Itabapoana	91	91	18.094	31	56	92	0,520	61	353	92
São João da Barra	82	76	179.908	3	37	75	0,514	55	541	70

Fonte: IETS, com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD-Ipea-FJP (2013), do PIB dos municípios/IBGE (2011) e do Censo/IBGE (2010).

Notas: os rankings do IDHM estão de acordo com os do PNUD. A linha de pobreza utilizada foi de metade do salário mínimo de 2010 (R\$ 255). O coeficiente de Gini mede a desigualdade de renda e varia entre zero (igualdade perfeita) e um (desigualdade total). Os dados do PIB per capita estão sujeitos a revisão. O PIB per capita das regiões foi calculado com base no PIB dos municípios. O índice de Gini difere do Pannel anterior devido a atualizações dos microdados da amostra do Censo 2010. Os rankings estão ordenados pelas melhores posições.

**▪ Classe de Renda da População do Norte Fluminense:**

A distribuição dos domicílios por classes de rendimento revela que a região norte possui uma concentração maior nas classes de rendimento mais baixas: 42% dos domicílios contam com rendimento de até dois salários mínimos (SM), enquanto no ERJ são 36%. Em relação aos domicílios com rendimento superior a dois SM, a participação da região (53%) é inferior à do estado (60%).

**CLASSE DE RENDIMENTO DOMICILIAR MENSAL (SM)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NORTE FLUMINENSE E MUNICÍPIOS.**

	CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DOMICILIAR (SALÁRIO MÍNIMO) (1) – %				
	ATÉ 1	MAIS DE 1 A 2	MAIS DE 2 A 5	MAIS DE 5	SEM RENDIMENTO (2)
ERJ	14	22	35	25	5
Norte Fluminense	18	24	32	21	5
Campos dos Goytacazes	21	25	31	18	5
Carapebus	17	24	37	17	5
Cardoso Moreira	31	31	24	8	6
Conceição de Macabu	20	27	35	15	3
Macaé	9	20	37	29	5
Quissamã	20	28	34	14	4
Rio das Ostras	10	19	37	31	4
São Fidélis	25	31	29	11	3
São Fco de Itabapoana	37	29	20	5	9
São João da Barra	25	30	30	11	4

Fonte: IETS, com base nos dados do Censo/IBGE 2010.

Notas: (1) salário mínimo utilizado: R\$ 510; (2) inclusive os domicílios com rendimento mensal domiciliar somente em benefícios.



Entre os municípios, o percentual de domicílios com mais de cinco salários mínimos é mais alto em Rio das Ostras (31%) e Macaé (29%).

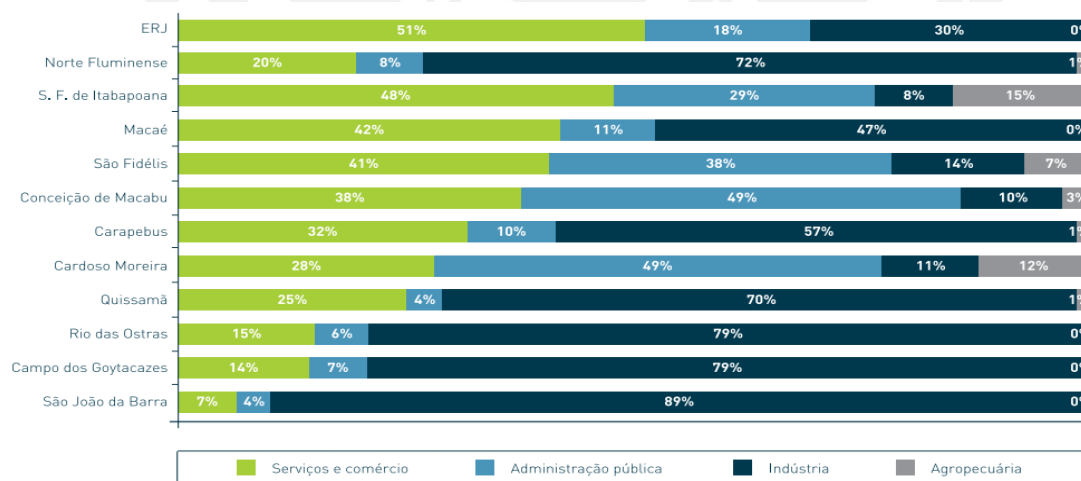
Em São Francisco de Itabapoana, 66% dos domicílios apresentam rendimento nominal de até dois SM. Em Cardoso Moreira, a percentagem é de 62%. Nesse grupo, o menor percentual é o de Rio das Ostras e Macaé: 29%. Vale ressaltar que em São Francisco de Itabapoana 9% dos domicílios não possuem rendimento.

A população de São João da Barra apresenta um nível de rendimento inferior à média da região norte e do estado na faixa de renda mais elevada, acima de 5SM. Apenas 11% percebem quantia acima deste valor, enquanto na região norte a média é de 21% e 25% no estado. O rendimento mensal da maior parte da população do município, 55%, não passa de dois salários mínimos.

■ Atividade Econômica, Formalização e Gestão Fiscal.

O gráfico abaixo apresenta a participação de quatro grandes setores econômicos no Valor Adicionado Bruto (VAB): serviços e comércio, indústria, agropecuária e administração pública. Esta última atividade compreende administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NORTE FLUMINENSE, MUNICÍPIOS 2011.





Fonte: IETS, com base nos dados do CEPERJ e do IBGE (2011).

O Norte Fluminense é uma região com forte peso industrial (72%), determinado pela elevada participação desse setor em São João da Barra (89%), Rio das Ostras (79%), Campos dos Goytacazes (79%) e Quissamã (70%).

Vale destacar a importância da indústria petrolífera na região, já que dos nove municípios pertencentes à Zona de Produção Principal da Bacia de Campos, seis estão no Norte: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra.

Os municípios de Conceição de Macabu e Cardoso Moreira concentram grande parte da atividade econômica na administração pública (49% em cada). Já o setor de serviços e comércio representa mais de 40% da atividade econômica em Macaé (42%), São Francisco de Itabapoana (48%) e São Fidélis (41%). Nestes dois últimos municípios, a segunda atividade mais importante é a administração pública. A indústria também supera 40% em Macaé.

Por sua vez, o setor de agropecuária é forte em dois municípios: São Francisco de Itabapoana (15%) e Cardoso Moreira (12%), lembrando que o setor sucroalcooleiro já desempenhou um importante papel na região, mas entrou em declínio.

A taxa de crescimento do PIB real na região Norte, entre 2010 e 2011, é quase cinco vezes maior do que a do estado. É também a maior entre todas as regiões. Depois da cidade do Rio de Janeiro, o PIB do Norte é o maior do ERJ.

Vale mencionar que a região tem recebido diversos investimentos decorrentes principalmente da atividade econômica gerada pela produção de petróleo e gás natural, como a construção do Complexo Portuário do Açú, em São João da Barra, e do Complexo Industrial e Logístico de Barra do Furado, entre Campos dos Goytacazes e Quissamã.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais

PIB ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NORTE FLUMINENSE E MUNICÍPIOS VALORES A PREÇO DE 2011 – x R\$1000

	2010	2011	TAXA DE CRES- CIMENTO (%)
ERJ	435.621.389	462.376.208	6,1
Norte Fluminense	55.297.947	71.310.627	29,0
Campos dos Goytacazes	27.645.244	37.205.791	34,6
Carapebus	627.484	796.484	26,9
Cardoso Moreira	127.833	131.728	3,0
Conceição de Macabu	198.070	213.880	8,0
Macaé	11.951.340	12.558.285	5,1
Quissamã	3.332.874	4.019.544	20,6
Rio das Ostras	6.557.926	9.223.728	40,7
São Fidélis	426.590	451.199	5,8
São Fco de Itabapoana	698.125	748.548	7,2
São João da Barra	3.732.460	5.961.440	59,7

Fonte: IETS, com base nos dados do Ceperj e do IBGE (2011).

Nota: os dados de 2011 estão sujeitos a revisão; o PIB da região foi calculado com base no PIB dos municípios.

Entre os municípios, o maior crescimento ocorreu em São João da Barra, com 59,7% (2 maior crescimento do estado), seguido por Rio das Ostras (40,7% e 4 no ERJ) e Campos dos Goytacazes (34,6%), que possui o maior PIB da região e o 2 maior no estado.

Em Cardoso Moreira (3%), Macaé (5,1%) e São Fidélis (5,8%), o crescimento foi o menor da região Norte, ficando abaixo do percentual do estado.



- **Empreendedorismo**

Uma forma de medir o grau de formalização dos empreendedores nos municípios é considerar a cobertura previdenciária, isto é, a proporção de trabalhadores por conta própria e de empregadores que contribuem para a previdência. A formalização previdenciária da região Norte é inferior à do ERJ em todas as posições na ocupação, exceto entre os empregadores com cinco funcionários ou mais.

GRAU DE FORMALIZAÇÃO DOS EMPREENDEDORES ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NORTE FLUMINESE E MUNICÍPIOS - 2010.

	CONTA PRÓPRIA (%)	EMPREGADORES (%)		
		TOTAL	ATÉ 5 FUN- CIONÁRIOS	COM 5 FUN- CIONÁRIOS OU MAIS
ERJ	29,0	72,1	66,5	80,8
Norte Fluminense	27,9	70,0	62,4	84,0
Campos dos Goytacazes	28,8	74,0	67,0	85,2
Carapebus	16,8	71,5	67,3	100,0
Cardoso Moreira	27,3	77,8	69,1	100,0
Conceição de Macabu	33,9	86,8	79,4	100,0
Macaé	28,9	69,8	62,2	77,5
Quissamã	30,4	62,6	48,9	70,5
Rio das Ostras	25,9	65,5	59,3	90,5
São Fidélis	31,7	70,7	61,1	100,0
S. F. de Itabapoana	19,1	58,9	52,9	100,0
São João da Barra	26,1	52,7	43,8	85,1

Fonte: IETS, com base nos dados do Censo/IBGE (2010).

Entre os municípios, a formalização em Conceição de Macabu é a maior em todas as ocupações, inclusive em relação às do estado. No caso dos empregadores, o grau de formalização da cidade está entre os 10 mais altos no estado. A formalização entre os trabalhadores por conta própria é muito baixa em Carapebus (16,8%) e São Francisco de Itabapoana (19,1%). Entre os empregadores, os graus mais baixos residem em São João da Barra (52,7%) e São Francisco de Itabapoana (58,9%).

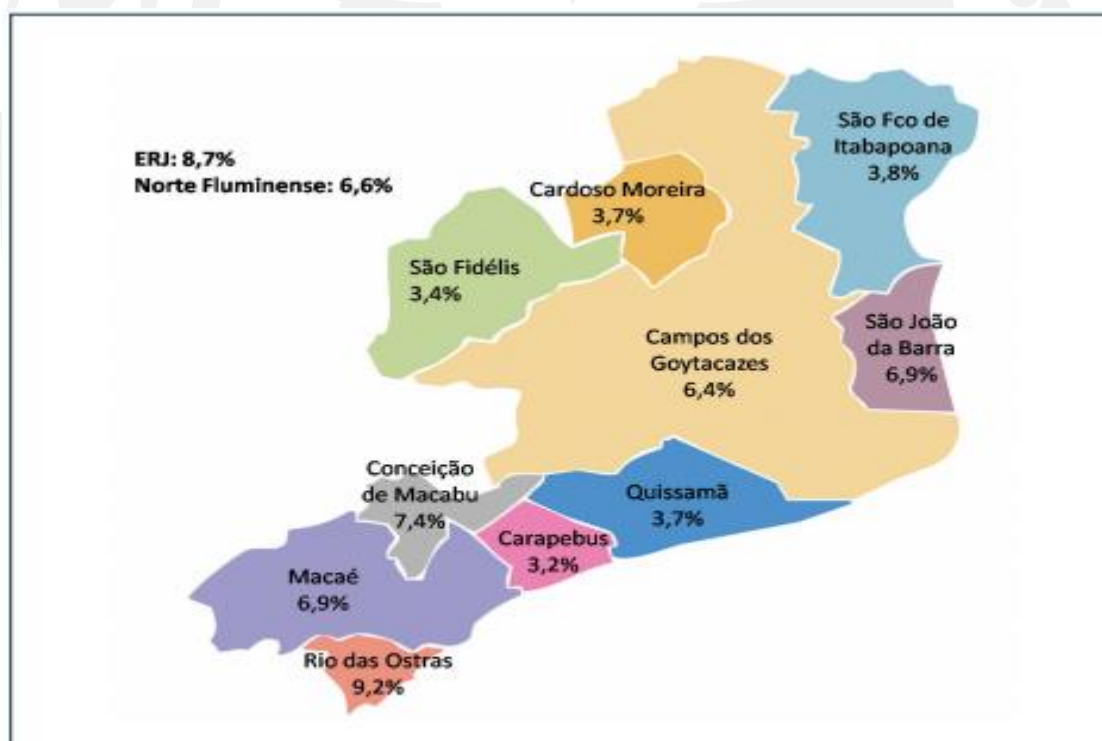
O percentual de empregadores no total de empreendedores (trabalhadores por conta própria e empregadores) é utilizado para medir a taxa de sucesso de



empreendedorismo e expressar a capacidade dos empreendedores na geração de empregos. A taxa da região Norte (6,6%) é a 3ª menor do estado, superando apenas a da Baixada Fluminense I (4%) e a da Baixada II (5,2%).

Entre os municípios, os maiores percentuais de empregadores no total de empreendedores são o de Rio das Ostras (9,2%) e o de Conceição de Macabu (7,4%), bem abaixo da maior taxa encontrada no estado, em Macuco (18,7%). Com 3,2%, Carapebus é a cidade com o menor percentual de empregadores no total de empreendedores, revelando que são quase todos trabalhadores por conta própria.

% DE EMPREGADORES SOBRE TOTAL DE EMPREENDEDORES - 2010



Fonte: IETS, com base nos dados do Censo/IBGE (2010).



- **Gestão Municipal**

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) consolidou dados fiscais dos municípios e elaborou uma série de indicadores de gestão municipal, e alguns deles são apresentados a seguir. A receita total é formada pelas receitas de capital e pelas receitas correntes, da mesma forma que a despesa total.

Constituem receitas correntes: receita tributária, receita patrimonial, receita de contribuições, receita agropecuária, receita industrial, receita de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes. Fazem parte das receitas de capital: operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital.

As despesas de capital são compostas por investimentos, inversões financeiras e transferências de capital; as despesas correntes, por despesas de custeio e transferências correntes.

O indicador de autonomia financeira, de acordo com a formulação do TCE, é o resultado da divisão entre receita tributária própria e despesas de custeio; ele mede a contribuição da receita tributária própria do município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

A receita total e a despesa total de Campos dos Goytacazes são as maiores da região e a 2ª maior no estado. Em seguida está Macaé, com a 3ª maior receita total do estado e a 4ª maior despesa total, receita e despesa per capita no estado, destacando-se também pela elevada autonomia financeira (34%), a 4ª maior no ERJ. A segunda maior autonomia financeira da região é verificada em Rio das Ostras (13,5%).

**RECEITA E DESPESA TOTAL E INDICADOR DE AUTONOMIA
FINANCEIRA
MUNICÍPIOS NORTE
FLUMINESE**

	RECEITA TOTAL EM 2011 (R\$ MILHÕES)	RANKING DA RECEITA TOTAL	RANKING DA RECEITA PER CAPITA	DESPESA TOTAL EM 2011 (R\$ MILHÕES)	RANKING DA DESPESA TOTAL	RANKING DA DESPESA TOTAL PER CAPITA	AUTONOMIA FINANCEIRA EM 2011	RANKING DA AUTONOMIA FINANCEIRA
Campos dos Goytacazes	2.044	2	14	1.952	2	13	8,5%	47
Carapebus	80	53	6	79	52	5	2,5%	85
Cardoso Moreira	44	75	25	36	80	36	3,4%	80
Conceição de Macabu	51	66	49	46	69	54	3,9%	75
Macaé	1.605	3	4	1.346	4	4	34,0%	4
Quissamã	213	25	2	207	24	2	3,5%	79
Rio das Ostras	603	12	9	519	12	10	13,5%	29
São Fidélis	64	57	76	61	57	78	4,1%	74
São Francisco de Itabapoana	86	50	62	84	49	62	3,8%	77
São João da Barra	339	17	3	269	22	3	6,7%	59

Fonte: IETS, com base nos dados dos Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro do TCE-RJ e nos dados fornecidos pelo TCM-RJ.

Em Cardoso Moreira, a receita total e a despesa total são as mais baixas da região Norte. Sua pequena autonomia financeira (3,4%) supera somente a de Carapebus (2,5%), que está entre as maiores receitas e despesas per capita do estado (6 e 5º lugar, respectivamente).

O município de São João da Barra se situa na terceira colocação em relação à receita e despesa per capita, 17 na receita total, mas se situa apenas na 59 posição no ranking estadual, o que configura baixa autonomia financeira.

- **Royalties do Petróleo**

A região norte recebe grande volume de recursos de royalties, quatro de seus municípios ocupam as primeiras posições no ranking de royalties recebidos no estado: Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras e São João da Barra. Juntos, eles respondem por 56% do total de royalties recebidos na região. Seis municípios possuem os valores mais elevados de royalties per capita no estado. O papel dos royalties na região também pode ser destacado pelo fato de que em cinco municípios a participação desse recurso na receita total



supera 40%.

ROYALTIES E INDICADORES: MUNICÍPIOS DO NORTE FLUMINENSE - 2011

	ROYALTIES RECEBIDOS EM 2011 (R\$ MILHÕES)	RANKING DOS ROYAL- TIES RECEBIDOS	ROYALTIES PER CAPITA EM 2011 (R\$)	RANKING DOS ROYAL- TIES PER CAPITA	PROPORÇÃO DOS ROYALTIES NA RECEITA TOTAL
Campos dos Goytacazes	1.203	1	2.571,0	6	59%
Carapebus	35	18	2.586,7	5	44%
Cardoso Moreira	6	76	452,8	30	13%
Conceição de Macabu	7	63	308,8	44	13%
Macaé	495	2	2.329,4	7	31%
Quissamã	98	8	4.703,1	2	46%
Rio das Ostras	316	3	2.851,2	3	52%
São Fidélis	8	51	210,0	57	12%
São Francisco de Itabapoana	9	46	214,9	54	10%
São João da Barra	247	4	7.454,0	1	73%

Fonte: IETS, com base nos dados dos Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro do TCE-RJ/2012 e nos dados fornecidos pelo TCM-RJ.

Campos dos Goytacazes é líder no estado em royalties recebidos e 6 em royalties per capita. Apresenta ainda uma elevada proporção de royalties na receita total, revelando a importância desse recurso para a administração municipal. Em São João da Barra, a situação é delicada, uma vez que 73% da receita advém do repasse de royalties, percentual mais alto do estado. Os royalties per capita também ocupam a 1ª posição no ranking estadual.

Em Cardoso Moreira, os royalties recebidos são os mais baixos da região (76 no ranking do estado). Sua participação na receita total é de 13%, um pouco superior à de São Francisco de Itabapoana, cuja participação é a menor (10%) entre todos os municípios do Norte.

A tabela abaixo apresenta dois indicadores de investimento elaborados pelo TCE-RJ: o investimento per capita, que é o resultado da divisão entre o total de investimentos e a população, e o grau de investimento expresso pelo quociente



entre investimentos e receita total.

São considerados investimentos: todas as despesas orçamentárias com softwares, planejamento e execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis necessários à realização destas últimas, e aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

INVESTIMENTOS PER CAPTA E GRAU DE INVESTIMENTO MUNICÍPIOS DO NORTE FLUMINESE 2011.

	INVESTIMENTO PER CAPITA (R\$)	RANKING DO INVESTIMENTO PER CAPITA	GRAU DE INVESTIMENTO	RANKING DO GRAU DE INVESTIMENTO
Campos dos Goytacazes	875,4	5	20%	6
Carapebus	321,7	29	5%	68
Cardoso Moreira	161,9	53	5%	76
Conceição de Macabu	122,3	67	5%	72
Macaé	728,2	7	10%	35
Quissamã	572,4	12	6%	67
Rio das Ostras	1.068,6	2	20%	7
São Fidélis	44,0	90	3%	87
São Fco de Itabapoana	53,3	88	3%	88
São João da Barra	1.031,5	4	10%	31

Fonte: IETS, com base nos dados dos Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro do TCE-RJ/2012 e nos dados fornecidos pelo TCM-RJ.

Na região Norte, o investimento per capita dos municípios varia bastante, com Rio das Ostras apresentando o segundo maior investimento per capita do estado (R\$ 1.068,60/hab) e São Fidélis, o terceiro menor (apenas R\$ 44/hab). São João da Barra, Campos dos Goytacazes e Macaé estão entre as cidades com os 10 maiores investimentos per capita do estado.

Em relação ao grau de investimento, Campos dos Goytacazes e Rio das Ostras ocupam as melhores posições no estado, enquanto São Fidélis e São Francisco de Itabapoana estão entre os últimos. Esses dois municípios também possuem os menores valores de investimento per capita, exibindo um quadro de baixo investimento público.



▪ Perfil Empresarial

O Norte Fluminense possui 6,3% dos estabelecimentos do total do estado, dos quais 48% estão em Campos dos Goytacazes, 27% em Macaé e 12% em Rio das Ostras, totalizando 87% das empresas da região. Tais dados revelam o papel desses municípios como núcleos da atividade econômica do Norte Fluminense. Carapebus possui apenas 77 empresas, o que corresponde a 0,4% do total. São João da Barra conta com 2,73% das empresas da região.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR SETOR E PORTE ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NORTE FLUMINESE E MUNICÍPIOS, 2012

	TOTAL	INDÚSTRIA			CONSTRUÇÃO CIVIL			COMÉRCIO			SERVIÇOS			AGROPECUÁRIA		
		MICRO	PEQ.	MED. E GDE.	MICRO	PEQ.	MED. E GDE.	MICRO	PEQ.	MED. E GDE.	MICRO	PEQ.	MED. E GDE.	MICRO	PEQ.	MED. E GDE.
ERJ	273.813	16.885	2.968	775	7.811	1.473	440	83.495	16.974	2.244	105.182	23.200	5.232	6.748	355	31
Norte Fluminense	17.358	934	216	85	876	119	31	6.579	993	111	4.796	1.117	277	1.168	50	6
Campos dos Goytacazes	8.339	492	113	15	506	76	9	3.357	503	55	2.029	451	102	608	20	3
Carapebus	77	2	0	0	1	1	0	35	5	0	19	3	0	11	0	0
Cardoso Moreira	168	5	2	0	5	0	0	72	4	0	29	2	1	44	4	0
Conceição de Macabu	330	26	3	0	8	0	0	127	8	1	59	14	2	82	0	0
Macaé	4.679	228	65	62	178	24	11	1.413	324	41	1.611	457	150	105	9	1
Quissamã	242	18	5	0	6	1	0	94	11	0	59	7	2	33	6	0
Rio das Ostras	2.051	95	12	6	127	13	5	825	105	12	686	129	16	19	1	0
São Fidélis	588	41	7	0	14	1	1	246	12	2	126	17	1	117	2	1
São Fco de Itabapoana	410	12	2	0	7	1	0	195	10	0	62	7	0	108	5	1
São João da Barra	474	15	7	2	24	2	5	215	11	0	116	30	3	41	3	0

Fonte: IETS, com base nos dados da RAIS/MTE. Notas: excluindo setores de administração pública e serviços domésticos. O Sebrae apresenta no seu Anuário do Trabalho para MPE 2010/2011 a definição do porte do estabelecimento em função do número de pessoas ocupadas e do setor de atividade econômica. Na indústria e na construção civil, as microempresas possuem até 19 ocupados; as pequenas, de 20 a 99; as médias, de 100 a 499; e as grandes, acima de 500 ocupados. Para comércio, serviços e agropecuária, as microempresas têm até 9 ocupados; as pequenas, de 10 a 49; as médias, de 50 a 99; e as grandes possuem mais de 100.

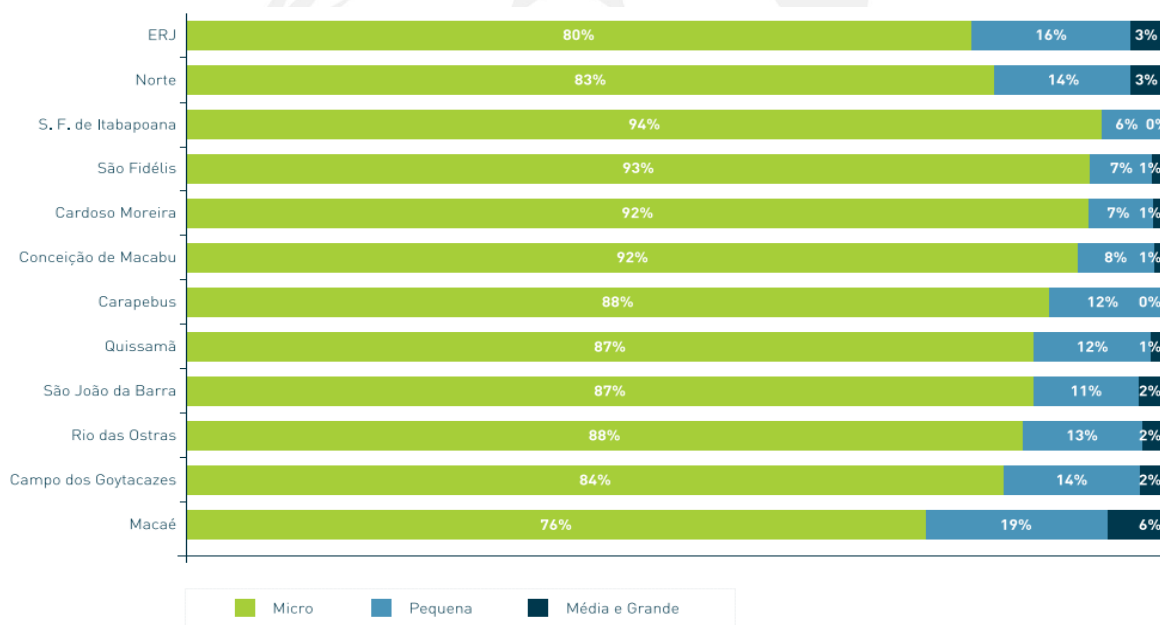
Os pequenos negócios no norte fluminense compreendem 97,1% das empresas, percentual praticamente igual ao do estado (96,8%). Em Carapebus, não há médias e grandes empresas, totalizando 100% de pequenos negócios. Em São Francisco de Itabapoana existem 99,8% de pequenos negócios. Já os menores percentuais residem em Macaé (94,3%), Campos dos Goytacazes, 97,8%, e São João da Barra, 97,9%.

Em relação à composição setorial, a maior parte das empresas pertence ao setor de comércio em todos os municípios, exceto em Macaé, onde 47%



respondem pelo setor de serviços. Quissamã possui o maior percentual de indústrias (10%); e Cardoso Moreira e São Francisco de Itabapoana, maior participação na agricultura (29% e 28%, respectivamente).

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS POR TAMANHO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REGIÃO NORTE E ESTADO- 2012.



Fonte: IETS, com base nos dados do CEPERJ e do IBGE (2011)

▪ Empregos

Dos 3.688.909 empregos formais do estado, 234.777 estão na região Norte, 6,4% do total. Enquanto os estabelecimentos da região se localizam, em sua maioria, em Campos dos Goytacazes, os empregos concentram-se em Macaé (53%). Em segundo lugar vem Campos dos Goytacazes, com 32% da força de trabalho formal, seguido de Rio das Ostras, com 8%. Dessa forma, 93% dos empregos se situam nesses três municípios. Em São Francisco do Itabapoana, 96% residem nos pequenos negócios; já em Macaé, eles empregam apenas 24%.

Na região, 39% dos empregos estão no setor de serviços, percentual inferior ao observado no estado, 53%. No entanto, a participação da indústria no Norte, 27%, é superior à apresentada no estado, 16%.



TOTAL DE EMPREGOS FORMAIS POR SETOR E TAMANHO DA EMPRESA: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NORTE FLUMINENSE E MUNICÍPIOS, 2012.

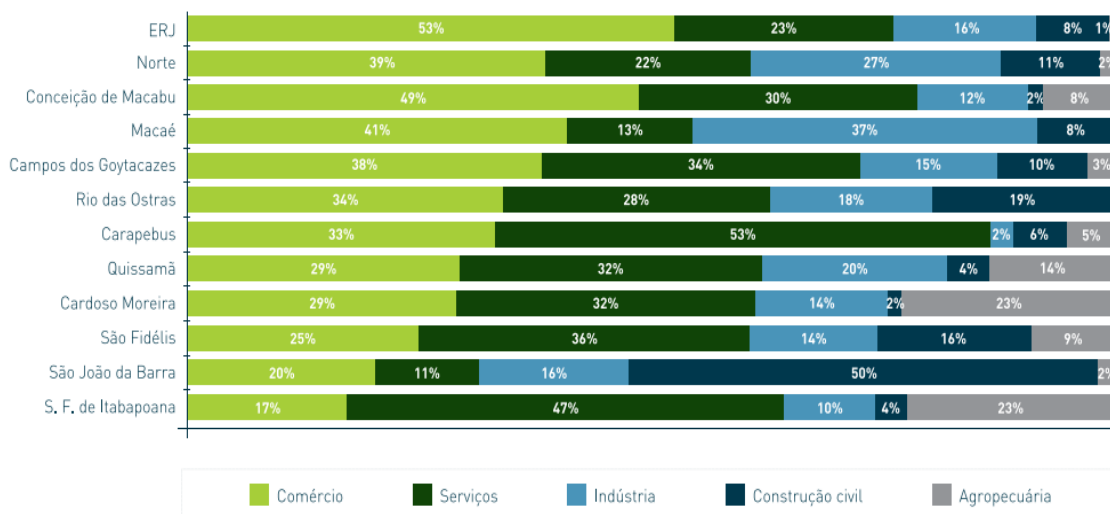
	TOTAL	INDÚSTRIA			CONSTRUÇÃO CIVIL			COMÉRCIO			SERVIÇOS			AGROPECUÁRIA		
		MICRO	PEQ.	MED. E GDE.	MICRO	PEQ.	MED. E GDE.	MICRO	PEQ.	MED. E GDE.	MICRO	PEQ.	MED. E GDE.	MICRO	PEQ.	MED. E GDE.
ERJ	3.688.909	85.137	120.582	370.378	35.266	62.933	188.873	250.051	313.403	287.882	288.983	471.050	1.190.933	13.853	6.017	3.568
Norte	234.777	4.913	9.033	49.158	3.643	4.952	16.532	18.335	18.393	15.043	12.443	22.140	56.179	2.184	814	1.015
Campos dos Goytacazes	75.484	2.811	4.416	3.843	2.231	3.188	2.016	9.511	9.147	7.231	5.168	8.938	14.702	1.137	312	833
Carapebus	403	9	0	0	1	23	0	110	105	0	67	67	0	21	0	0
Cardoso Moreira	627	26	64	0	10	0	0	136	64	0	62	39	82	95	49	0
Conceição de Macabu	1.831	64	153	0	32	0	0	294	166	87	163	242	486	144	0	0
Macaé	125.340	1.184	3.067	42.281	673	1.048	8.464	4.337	6.179	6.095	4.344	9.236	37.994	227	155	56
Quissamã	1.377	95	183	0	34	27	0	277	168	0	127	131	147	73	115	0
Rio das Ostras	18.967	461	478	2.392	490	515	2.688	2.024	2.014	1.359	1.750	2.525	2.207	46	18	0
São Fidélis	3.073	160	258	0	24	34	445	645	183	271	303	321	142	189	31	67
São Fco de Itabapoana	1.438	36	102	0	12	39	0	471	205	0	161	88	0	192	73	59
São João da Barra	6.237	67	312	642	136	78	2.919	530	162	0	298	553	419	60	61	0

Fonte: IETS, com base nos dados da RAIS/MTE. Notas: excluindo setores de administração pública e serviços domésticos. O Sebrae apresenta no seu Anuário do Trabalho para MPE 2010/2011 a definição do porte do estabelecimento em função do número de pessoas ocupadas e do setor de atividade econômica. Na indústria e na construção civil, as microempresas possuem até 19 ocupados; as pequenas, de 20 a 99; as médias, de 100 a 499; e as grandes, acima de 500 ocupados. Para comércio, serviços e agropecuária, as microempresas têm até 9 ocupados; as pequenas, de 10 a 49; as médias, de 50 a 99; e as grandes possuem mais de 100.

Em relação aos municípios, verifica-se que 50% dos empregos em São João da Barra são de construção civil, participando com 2,7% dos empregos da região. A agricultura ocupa 23% dos postos de trabalho formais em Cardoso Moreira e São Francisco de Itabapoana. Em Carapebus, o comércio emprega 53% do total de empregos no município. A indústria apresenta maior participação em Macaé, 37%, que também possui um elevado percentual de empregos em serviços, 41%.



DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR SETORES ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REGIÃO NORTE E MUNICÍPIOS 2012.



Fonte: IETS, com base nos dados da RAIS/MTE

A tabela a seguir apresenta o número de estabelecimentos e empregos formais segundo o porte em relação aos pequenos negócios nos municípios. Nela constata-se que Carapebus diminuiu o número de empresas (-22,2%), mas aumentou o número de empregos (4,4%). Conceição de Macabu também perdeu pequenos negócios (-8,4%), mas o emprego ficou praticamente inalterado (0,5%).

O maior crescimento de pequenos negócios foi detectado em Rio das Ostras (8,6%), e o de seus empregos, em Quissamã (14,3%). Em Cardoso Moreira e São João da Barra houve crescimento dos pequenos negócios, mas queda no emprego.

A taxa de crescimento mais elevada entre as médias e grandes empresas ocorreu em Quissamã (100%), São João da Barra (25%) e Rio das Ostras (21,9%). Quissamã tinha uma empresa, em 2011, e passou a ter duas no ano seguinte. Esse município também apresentou o maior crescimento de empregos nas MGE (77,1%). Em Carapebus, a única MGE fechou, gerando crescimento negativo de -100%. Conceição de Macabu não tinha MGE em 2011 e passou, no ano seguinte, a ter três médias e grandes empresas, que geraram 573 empregos.

**% DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E DE EMPREGOS FORMAIS
SEGUNDO O PORTE - ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NORTE FLUMINENSE
E MUNICÍPIOS**

	ESTABELECIMENTOS		EMPREGOS	
	MPE 2012/2011	MGE 2012/2011	MPE 2012/2011	MGE 2012/2011
ERJ	2,6	4,7	3,1	4,7
Norte Fluminense	4,6	13,3	2,7	10,2
Campos dos Goytacazes	5,7	14,3	2,6	3,1
Carapebus	-22,2	-100,0	4,4	-100,0
Cardoso Moreira	5,7	0,0	-7,6	60,8
Conceição de Macabu	-8,4	..	0,5	..
Macaé	2,9	10,4	0,5	9,9
Quissamã	5,7	100,0	14,3	77,1
Rio das Ostras	8,6	21,9	11,5	29,5
São Fidélis	3,2	0,0	6,8	-6,3
São Fco de Itabapoana	4,3	0,0	1,8	9,3
São João da Barra	2,7	25,0	-4,2	29,7

Fonte: IETS, com base nos dados da RAIS/MTE. Nota: [..] não se aplica dado numérico.

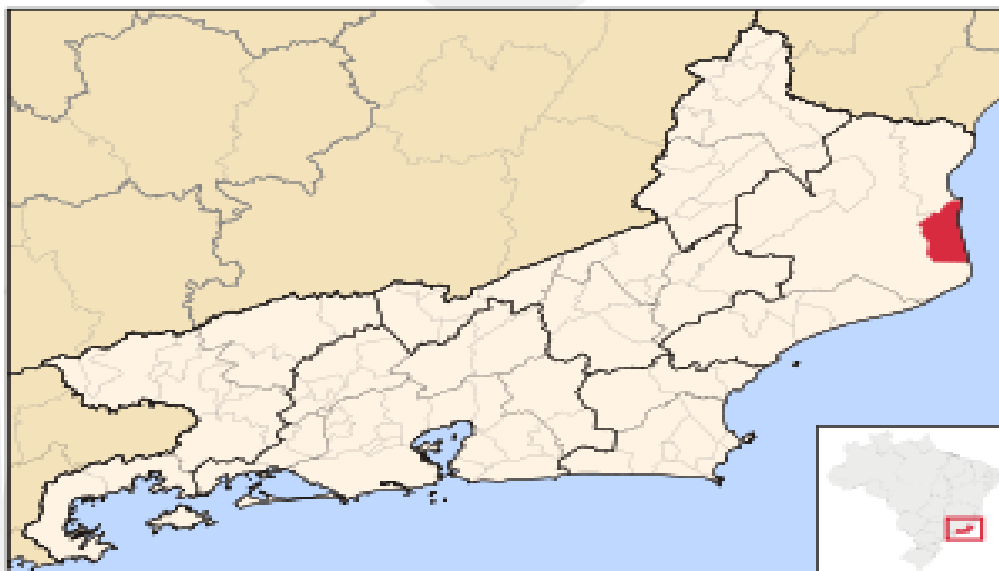
VIII – MUNICÍPIO SÃO JOÃO DA BARRA

O município de São João da Barra, onde se pretende implantar a ZPE, conta uma área total de 455 Km², correspondentes a 4,7% da Região Norte Fluminense, fazendo fronteira com São Francisco de Itabapoana, Oceano Atlântico e Campos dos Goytacazes. Sua localização é privilegiada em relação às cidades situadas no triângulo formado por Rio, Vitória e Belo Horizonte onde se localiza grande parte do PIB e empresas prestadoras de serviços do país,



distando 36 km de Campos, 142 km de Macaé, 231 km de Cabo Frio, 280 km de Vitória, 314 km do Rio de Janeiro e 509 km de Belo Horizonte.

São João da Barra



Em 2015 a população de São João da Barra era composta por 34.583 pessoas, correspondente a 3,9% do contingente da Região Norte Fluminense, com uma proporção de 98,3 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica era de 71,9 habitantes por km², contra 87,1 habitantes por km² de sua região.

A taxa de urbanização correspondia a 78% da população, em comparação com a década anterior, a população do município aumentou 18,3%, o 25 maior crescimento no estado.

Segundo levantamento, o município possuía 23.618 domicílios, dos quais 44% eram de uso ocasional, demonstrando o forte perfil turístico local. Ainda, conforme o censo, não tinha domicílios localizados em aglomerado subnormal.

A receita total do município foi de R\$ 347 milhões em 2015, 22^a do estado (a comparação não inclui a capital). Suas receitas correntes estão comprometidas em 55% com o custeio da máquina administrativa.



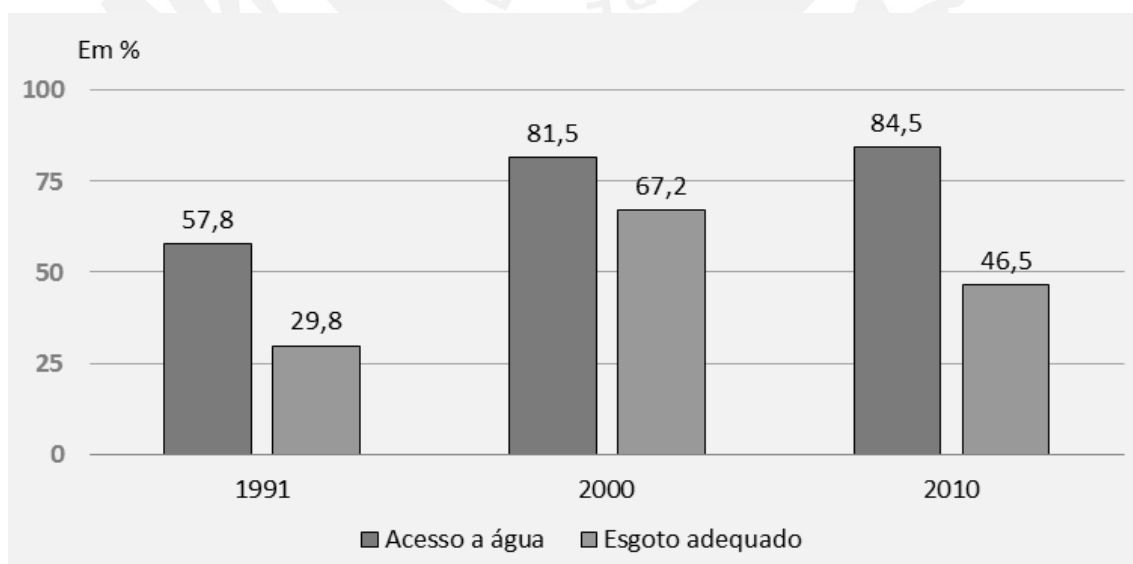
1 – ASPECTOS ECONÔMICOS

Em relação às receitas vinculadas ao petróleo, o município teve nelas 51% de sua receita total, um montante de R\$ 5.089,39 por habitante no ano de 2015, primeiro colocado no ranking do estado. A carga tributária per capita de R\$ 2.266,61 é a segunda do estado, sendo R\$ 42,94 em IPTU (51ª posição) e R\$ 1.772,67 em ISS (2 lugar). A despesa corrente per capita de R\$ 5.490,82 é a 3ª do estado, contra um investimento per capita de R\$ 530,79, posição de número 7 dentre os 91 demais.

O município conta com nove agências de correios, quatro agências bancárias e dois estabelecimentos hoteleiros.

Um aspecto relevante na definição da qualidade de vida de um município centra-se na condição sanitária. Relatório de acompanhamento brasileiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio aponta a evolução dos indicadores de “acesso à água” e “esgoto adequado” em São João da Barra, entre 1991 e 2010, a partir de dados publicados pelo IBGE nos censos decenais, mostra que melhorou substancialmente a situação do município no período 1991/2010.

% DE MORADORES URBANOS COM ACESSO A ÁGUA LIGADA À REDE DE ESGOTO SANITÁRIO- 1991/2010





Fonte: Portal ODM, Relatórios Dinâmicos

2 – ASPECTOS SOCIAIS

Educação

Em relação ao estado e região norte, São João da Barra apresenta, de uma maneira geral, índices superiores aos verificados nas respectivas áreas.

O número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio regulares de São João da Barra, em 2014, foi de 9.324 alunos, tendo evoluído para 9.120 em 2015, apresentando variação de -2,2% no número de estudantes.

Apesar da pequena redução, as informações coletadas mostram que o município conta com uma estrutura de ensino público compatível com a população em idade escolar, conforme demonstram as tabelas apresentadas a seguir referentes à evolução do número de estabelecimentos daquele segmento, de professores e matrículas iniciais, além do rateio de alunos por professor.

Ensino Infantil:

A rede municipal respondeu por 91% das matrículas na Creche em 2015. O número total de matrículas teve evolução de 94% no período de 2010 a 2015.

Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Creche – 2010/2015

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no estado
10	25	42	615	14,6	17,2
11	28	52	710	13,7	16,7
12	26	81	1.005	12,4	15,0
13	29	114	1.212	10,6	14,1
14	31	119	1.227	10,3	13,1
15	30	125	1.196	9,6	13,8



Fonte: TCE/RJ

O número de professor/criança na creche apresenta um índice - 9,6 - superior ao do estado-13,8.

Pré-escola:

A rede municipal de São João da Barra, que é responsável por 85% das matrículas em 2015, apresenta o seguinte perfil:

Unidades Escolares, Professores, matrículas e indicadores - Pré-escola – 2010/2015

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no estado
10	26	63	848	13,5	16,5
11	30	73	997	13,7	15,9
12	32	78	1.013	13,0	15,5
13	33	82	1.149	14,0	15,2
14	33	84	1.093	13,0	14,9
15	32	85	1.040	12,2	15,1

Fonte: TCE/RJ

Houve variação de 23% na quantidade de alunos matriculados na Pré-escola entre 2010 e 2015 e, mais uma vez, o número de alunos/professor apresenta índice melhor que do estado.

Ensino Fundamental Municipal

Unidades Escolares, Professores, matrículas e indicadores - Ensino Fundamental 2010/2015

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no estado
10	38	370	5.837	15,8	23,1
11	38	415	5.718	13,8	21,9
12	39	423	5.810	13,7	21,6
13	40	467	5.893	12,6	20,7
14	40	492	5.847	11,9	17,2
15	40	477	5.673	11,9	19,7

Fonte: TCE/RJ



O número de matrículas na pré-escola apresentou uma queda de 3% no período, mas houve um aumento substancial do número de professores, 28,9% o que determinou um bom índice de aluno/professor, 11,9, enquanto no estado o indicador é igual a 19,7.

Ensino Fundamental Estadual

A rede estadual de ensino teve 11% dos alunos matriculados de 2015 e o quadro que se apresenta é o seguinte:

Unidades Escolares, Professores, matrículas e indicadores -Ensino Fundamental - Rede Estadual 2010/2015

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor da rede estadual no estado
10	6	117	1.662	14,2	17,2
11	6	110	1.473	13,4	17,0
12	6	102	1.400	13,7	16,0
13	6	100	1.166	11,7	13,7
14	6	100	863	8,6	11,5
15	6	98	661	6,7	11,9

Fonte: TCE/RJ

A rede municipal conta com 77% do volume de matrículas conforme pode ser visto nos dados constantes na tabela abaixo:

Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores - Ensino Fundamental Rede Municipal 201/2015.

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor da rede municipal no estado
10	28	230	3.589	15,6	24,9
11	27	263	3.639	13,8	23,5
12	27	276	3.806	13,8	23,9
13	28	318	4.053	12,7	23,0
14	28	344	4.304	12,5	20,6
15	36	385	4.363	11,3	21,4

Fonte: TCE/RJ



Foi de 22% a variação do número de alunos no período, com melhoria o rateio alunos/professor.

Ensino Médio

O número de matrículas oscilou em -1% no período de 2010 a 2015, contra aumento no quadro de docentes, influenciando proporcionalmente no rateio de alunos por professor.

UNIDADES ESCOLARES, PROFESSORES, MATRÍCULAS E INDICADORES ENSINO MÉDIO MÉDIO 2010/2015

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no estado
10	6	111	1.226	11,0	15,1
11	6	119	1.175	9,9	14,6
12	6	109	1.170	10,7	14,3
13	5	113	1.122	9,9	13,6
14	7	143	1.157	8,1	11,5
15	8	154	1.211	7,9	12,8

Fonte: TCE/RJ

Em relação à rede estadual, com 91% do volume de matrículas em 2015, o quadro é o seguinte:

Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Médio – Rede Estadual 2010/2015.

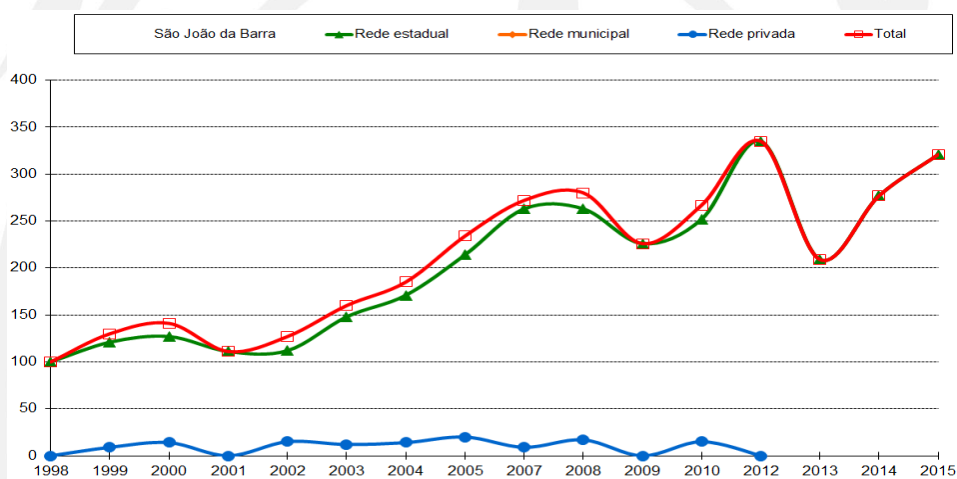
Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor da rede estadual no estado
10	5	106	1.164	11,0	16,0
11	5	105	1.138	10,8	15,4
12	5	100	1.162	11,6	15,1
13	5	113	1.122	9,9	14,3
14	7	143	1.157	8,1	12,6
15	7	151	1.101	7,3	13,3

Fonte: TCE/RJ



O ensino médio é responsável por 19,4% dos alunos da rede municipal. Houve uma redução de 5% na quantidade de alunos matriculados no período, mas aumento de 42,5% do número de professores.

O gráfico seguinte apresenta o número de alunos que concluíram o curso. Os formandos foram em número de 100 em 1998, passando para 321 em 2015, com variação de 221% no período.



Fonte: TCE/RJ

No ensino de Jovens e Adultos, São João da Barra teve um total de 1.202 alunos matriculados em 2015, sendo 24% na rede estadual e 76% na municipal. Em 2014 não havia nenhum curso de graduação presencial de ensino superior

- **Sistema de Saúde**

A dimensão da rede de saúde pública de São João da Barra é compatível com a população do município, suprimindo os casos mais corriqueiros, a maioria. Os atendimentos de alta complexidade são realizados em Campos ou Macaé.



Os dados apresentados a seguir, coletados no sistema DATASUS, referem-se à rede local e aos recursos materiais e humanos disponíveis em São João da Barra.

ESTABELECIMENTOS POR TIPO – MUNICÍPIO – DEZEMBRO 2015

Estabelecimentos por tipo	Quantidade
Central de regulação	1
Centro de atenção psicossocial	1
Centro de saúde/unidade básica de saúde	13
Clinica especializada/ambulatório especializado	5
Consultório	3
Farmácia	2
Hospital geral	1
Policlínica	6
Pronto socorro geral	5
Secretaria de Saúde	1
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	1

Fonte: TCE/RJ

O município conta ainda com nove equipes de Saúde da Família e seis equipes de Saúde Bucal.

DISTRIBUIÇÃO DOS LEITOS HOSPITALARES - DEZEMBRO DE 2015

Ocupação do profissional	Quant.	SUS	Ocupação do profissional	Quant.	SUS
Assistente social	21	100%	Nutricionista	23	100%
Bioquímico/Farmacêutico	14	100%	Odontólogo	32	91%
Cirurgião geral	6	100%	Pediatra	31	100%
Clinico geral	90	94%	Psicólogo	25	100%
Enfermeiro	113	99%	Psiquiatra	12	100%
Fisioterapeuta	63	94%	Radiologista	11	91%
Fonoaudiólogo	6	100%	Sanitarista	0	0%
Ginecologista/Obstetra	39	100%	Outras especialidades médicas	52	94%
Médico de família	11	100%	Outras ocup. de nível superior rel. à saúde	9	100%

Fonte: TCE/RJ

Praticamente todos os leitos hospitalares são utilizados pelo SUS.

O Cadastro Nacional de Equipamentos de Saúde dispõe dos dados sobre os equipamentos existentes, aqueles que se encontra em uso e os que estão disponíveis para o SUS.



A tabela abaixo apresenta o inventário dos equipamentos existentes:

RECURSOS FÍSICOS – EQUIPAMENTOS – DEZEMBRO 2015

Descrição	Quantidade existente	% à disposição do SUS
Audiologia	0	0%
Diagnóstico por imagem	18	44%
Infraestrutura	11	100%
Métodos ópticos	3	100%
Métodos gráficos	8	63%
Manutenção da vida	138	25%
Odontologia	135	82%
Outros	20	65%

Fonte: TCE/RJ

O município apresenta a seguinte estrutura de recursos humanos voltada para o atendimento médico:

RECURSOS HUMANOS – OCUPAÇÕES - DEZEMBRO 2015

Ocupação do profissional	Quant.	SUS	Ocupação do profissional	Quant.	SUS
Assistente social	21	100%	Nutricionista	23	100%
Bioquímico/Farmacêutico	14	100%	Odontólogo	32	91%
Cirurgião geral	6	100%	Pediatra	31	100%
Clínico geral	90	94%	Psicólogo	25	100%
Enfermeiro	113	99%	Psiquiatra	12	100%
Fisioterapeuta	63	94%	Radiologista	11	91%
Fonoaudiólogo	6	100%	Sanitarista	0	0%
Ginecologista/Obstetra	39	100%	Outras especialidades médicas	52	94%
Médico de família	11	100%	Outras ocup. de nível superior rel. à saúde	9	100%

Fonte: TCE/RJ

Seguindo a contextualização apresentada nos quadros anteriores, a maioria dos profissionais das diversas especializadas prestam serviços para o SUS



3 - Assistência Social

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, organizado de forma descentralizada e participativa, define as ações que têm por objetivo a garantia da vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos. Possuem como principais destinatários famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza.

O Sistema é ofertado em dois níveis de proteção: o de Proteção Social Básica, prestada nos Centros de Referência de Assistência Social – Cras, e o de Proteção Social Especial (dividido em média e alta complexidade), prestada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas.

O Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – (IGD-Suas-M), é o instrumento de aferição da qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito dos municípios, e mede o resultado da gestão descentralizada do SUAS com base na atuação do gestor, na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.

O IGDSuas-M varia de 0 (zero) a 1 (um) e é calculado considerando o Índice de Desenvolvimento do Centro de Referência da Assistência Social - ID Cras Médio e a execução financeira do Fundo de Assistência Social do Município

A tabela apresentada a seguir apresenta o ranking do IGDSuas-M por município, alcançando São João da Barra o valor de 0,69, situando-o em 24 lugar dentre os 92 municípios do estado.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais

RANKING DO IGDSUAS-M – MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1º - Mendes	0,87	24º - Cabo Frio	0,69	46º - Miracema	0,60	70º - S. Pedro da Aldeia	0,47
2º - Cardoso Moreira	0,85	24º - Eng. Paulo de Frontin	0,69	46º - Rio Bonito	0,60	71º - Cachoeiras Macacu	0,46
3º - Pinheiral	0,84	24º - Natividade	0,69	49º - Macaé	0,59	71º - São José de Ubá	0,46
4º - Laje do Muriaé	0,82	24º - São João da Barra	0,69	49º - Magé	0,59	71º - Seropédica	0,46
5º - Duas Barras	0,80	28º - Mesquita	0,68	51º - Armação dos Búzios	0,58	74º - Paraíba do Sul	0,45
6º - Carapebus	0,78	28º - Niterói	0,68	51º - Itaboraí	0,58	75º - Miguel Pereira	0,44
6º - Tanguá	0,78	28º - Quatis	0,68	51º - Pirai	0,58	75º - São João de Meriti	0,44
8º - B. Jesus do Itabapoana	0,76	28º - Resende	0,68	54º - Japeri	0,57	77º - Silva Jardim	0,43
8º - Santa Maria Madalena	0,76	32º - Campos dos Goytac.	0,67	54º - Rio das Ostras	0,57	78º - Macuco	0,40
10º - Carmo	0,75	32º - Com. Levy Gasparian	0,67	54º - Varre-Sai	0,57	78º - Sumidouro	0,40
11º - Aperibé	0,74	32º - Quissamã	0,67	57º - Barra Mansa	0,56	80º - Valença	0,39
11º - Barra do Pirai	0,74	32º - Vassouras	0,67	57º - Trajano de Moraes	0,56	81º - Paty do Alferes	0,38
13º - Queimados	0,73	36º - Porto Real	0,66	57º - Mangaratiba	0,56	82º - Nova Friburgo	0,37
13º - Rio Claro	0,73	36º - Três Rios	0,66	60º - Duque de Caxias	0,55	83º - Rio das Flores	0,36
13º - São Fidélis	0,73	38º - Araruama	0,65	60º - Itaocara	0,55	84º - Arraial do Cabo	0,33
16º - Casemiro de Abreu	0,72	38º - Itatiaia	0,65	62º - Nova Iguaçu	0,54	84º - Petrópolis	0,33
16º - Paracambi	0,72	40º - Areal	0,64	62º - S. Franc. Itabapoana	0,54	86º - Teresópolis	0,29
16º - São Sebastião do Alto	0,72	40º - Belford Roxo	0,64	64º - Iguaba Grande	0,53	87º - Paraty	0,25
19º - Santo Antônio de Pádua	0,71	40º - São Gonçalo	0,64	64º - Porciúncula	0,53	88º - Italva	0,19
19º - Sapucaia	0,71	43º - Cantagalo	0,62	66º - Nilópolis	0,51	89º - S. José Vale R. Preto	0,13
21º - Angra dos Reis	0,70	43º - Itaguaí	0,62	66º - Maricá	0,51	90º - Cambuci	0,00
21º - Conceição de Macabu	0,70	43º - Volta Redonda	0,62	68º - Bom Jardim	0,49	Cordeiro – sem informação	
21º - Saquarema	0,70	46º - Guapimirim	0,60	68º - Itaperuna	0,49		

Fonte: TCE/RJ

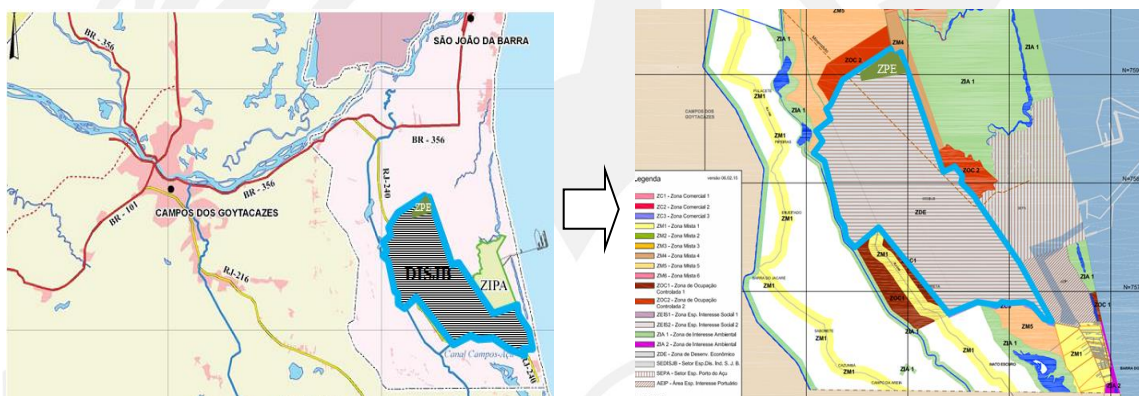




IX – CARACTERÍSTICAS DA ZPE DO AÇU

1) Aspectos Físicos

A ZPE do Açú conta com uma área de 1821,67 ha, e se situa dentro da zona industrial de São João da Barra, denominada ZDE- Zona de Desenvolvimento Econômico pela legislação de uso do solo municipal, e que é ocupada integralmente pelo Distrito Industrial de São João da Barra, conforme demonstra os quadros abaixo:



FONTE: EIA/RIMA

2) Da área onde será implantada a ZPE

A área prevista para a ZPE pertence à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN, sociedade de economia mista de administração indireta do Estado do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico. A CODIN tem como objetivo criar e comercializar distritos industriais além de apoiar a implantação de indústrias no Estado.

Em parceria e alinhamento com entidades públicas e o setor empresarial, a Codin promove o desenvolvimento econômico e social do Estado e Municípios do Rio de Janeiro através da atração e expansão de investimentos, oferta de



alternativas locacionais empresariais, solução de incentivos tributários e financeiros.

Neste sentido, o Estado do Rio de Janeiro criou o Distrito de São João da Barra com a edição dos Decretos Estaduais n 41.584/2008, n 41 585/2008 e 41.915/2009, posteriormente modificados pelos Decretos n 41.916/2009 41.998/2009 que declararam os bens de utilidade pública em favor da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro-CODIN.

Para o fiel cumprimento dos atos jurídicos e administrativos posteriores, foi editado o Decreto n 42.422/2010 que delegou a competência à CODIN para tanto, ficando, desde então, autorizada a buscar acordos amigáveis antes ou após a propositura das ações de desapropriação referentes aos imóveis do DISJB.

Desta forma, foram ajuizadas 476 ações expropriatórias (em anexo) referentes a todo o DISJB. Quanto à poligonal destacada para o recebimento da Zona de Processamento de Exportação, trata-se de 11 ações estando todas devidamente emitidas na posse, conforme documentos ora juntados. Ressalta-se que os lotes o 208A e 208B, bem como o 214B e 214C, foram feitos em um só auto de imissão cada (anexo)

Assim, a CODIN adquiriu a posse dos imóveis e aguarda o transito em julgado para que ocorra a consequente transcrição imobiliária. Destaca-se que foi realizada a perícia da APCA às fls. 647/656 do Processo Administrativo nº E-12/169/40/2018 e, até que ocorra o trânsito em julgado das mencionadas ações judiciais, não irá adotar-se avaliação de laudos de avaliação contemporâneos dos imóveis, porque, como mencionado na definição do conceito de “Regularização Fundiária” da PROMESSA (Anexo IV), a situação jurídica e as respectivas datas de imissão na posse pela OUTORGANTE estão descritas nos Processos Judiciais mencionados na Relação de Lotes constantes do Anexo 1 daquela PROMESSA, sendo certo que eventuais custos pela remoção de terceiros ficarão EXCLUSIVAMENTE a cargo da OUTORGADA, uma vez



que também foi ressaltado no Parecer Técnico N 70/2019, fls. 647/656, que “a avaliação deve se restringir ao real valor da área, nas condições em que se encontrava quando do decreto expropriatório, e não com vistas ao mercado imobiliário ou ao seu eventual aproveitamento econômico”, de acordo com entendimento jurídico exarado pelo acórdão proferido pela 2ª Câmara Cível do TJRJ, Apelação Cível nº 8.293/95, de relatoria do eminente Des. Sérgio Cavalieri Filho.

Amparada pelo Decreto 42442/2010, a CODIN buscou a iniciativa privada com o intuito de atrair investimentos para a implantação do DISJB, o que resultou na celebração de Promessas de Compra e Venda e termos de cessão de posse daqueles imóveis. Contudo, especificamente na poligonal destacada já foram firmados instrumentos particulares de distrato, juntados ao presente documento (anexo).

Sendo a CODIN *longa manus* do Estado do Rio de Janeiro, estando já legalmente imitidos na posse dos imóveis selecionados no DISJB, os imóveis estão aptos à implantação de Zona de Processamento de Exportação.

O modelo de implantação e administração da ZPE do Açú será privado, sendo esta a razão de não ter sido apresentado na presente proposta o item “comprovação de capacidade financeira”, que é de responsabilidade da empresa responsável pela execução do projeto, ela só será selecionada após promulgação do Decreto de criação da ZPE, e, de acordo com a legislação, no prazo máximo de 90 dias.

O edital público de licitação para selecionar a empresa, exigirá comprovação que ela comprove contar com capacidade financeira para cobrir os custos do projeto.

Igualmente não foi contemplada neste documento a minuta do estatuto da ZPE, pois ela será elaborada pela empresa que vencer a licitação, observando que



deverão ser obrigatoriamente incorporados, no que couber, todas os aspectos institucionais que norteiam a implantação e gestão das ZPEs.

Benefícios Para a Economia Regional

Um dos benefícios da ZPE para a economia regional se dará através do efeito renda proporcionado pelos trabalhadores das empresas instaladas na ZPE. Além dos empregos diretos, as indústrias irão demandar uma ampla variedade de serviço, e parte será canalizado para as empresas da região.

Outro aspecto a considerar é que uma parcela dos insumos a serem utilizados no processo produtivo pelas empresas da ZPE será adquirida no mercado regional, caso do beneficiamento de granitos decorativos, cuja matéria prima se situa no Espírito Santo e Norte Fluminense, bem como na produção de café para exportação e peças e componentes voltados para a prospecção e produção de petróleo, principal atividade da região.

À médio prazo a ZPE irá contribuir para o aumento do movimento de carga do Porto do Açu, expandindo a cadeia de empresas que gravitam em torno da atividade portuária, gerando com isso novos empregos e renda.

A prefeitura de São João da Barra será beneficiada através do aumento da sua receita tributária, via IPTU e ISS gerados pelas indústrias da ZPE, e, igualmente, proveniente das atividades correlatas de apoio as empresas instaladas na Zona de Processamento de Exportação.

3) Memorial Descritivo da Área

A área é formada por uma superfície de terras com 182,167436 hectares, sendo o seu perímetro total de 5.333,10 metros. O polígono se inicia no ponto FG5-P-0093, definido pelas coordenadas UTM E=283.880,87 e N=7.590.834,90 situado no LOTE A-1 do Distrito Industrial de São João da Barra.



Deste ponto, segue com o azimute de 10834'28" e a distância de 263,57 metros, até encontrar o ponto FG5-P-0094, definido pelas coordenadas UTM E=284.130,71 e N=7.590.750,93. Deste, segue com o azimute de 16819'47" e a distância de 883,34 metros, até encontrar o ponto FG5-P-0095, definido pelas coordenadas UTM E=284.309,39 e N=7.589.285,85.

Deste, segue com o azimute de 23518'09" e a distância de 1.527,91 metros, até encontrar o ponto FG5-P-0096, definido pelas coordenadas UTM E=283.053,19 e N=7.589.016,10.

Deste, segue com o azimute de 24437'37" e a distância de 11,18 metros, até encontrar o ponto FG5-P-0097, definido pelas coordenadas UTM E=283.043,09 e N=7.589.011,31.

Deste, segue com o azimute de 31349'18" e a distância de 484,48 metros, até encontrar o ponto FG5-P-0098, definido pelas coordenadas UTM E=282.693,54 e N=7.589.346,77. Deste, segue com o azimute de 34728'03" e a distância de 188,07 metros, até encontrar o ponto FG5-P-0099, definido pelas coordenadas UTM E=282.652,73 e N=7.589.530,36.

Deste, segue com o azimute de 600'05" e a distância de 277,61 metros, até encontrar o ponto FG5-P-0100, definido pelas coordenadas UTM E=282.681,75 e N=7.589.806,44.

Deste, segue com o azimute de 328'55" e a distância de 321,33 metros, até encontrar o ponto FG5-P-0101, definido pelas coordenadas UTM E=282.701,27 e N=7.590.127,18.

Deste, segue com o azimute de 5902'16" e a distância de 1.375,62 metros, até encontrar o ponto FG5-P-0093, vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 39° WGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.



O modelo de implantação e administração da ZPE do Açu será privado, sendo esta a razão de não ter sido apresentado na proposta o item “comprovação de capacidade financeira”, pois a empresa responsável só será selecionada após promulgação do Decreto de criação da ZPE, no prazo máximo de 90 dias. O edital público de licitação para selecionar a empresa, exigirá comprovação de capacidade financeira para cobrir os custos decorrentes da viabilização do projeto.

Igualmente não foi contemplado neste documento a minuta do estatuto da ZPE, pois ela será elaborado pela empresa que vencer a licitação, observando que ela terá que obrigatoriamente incorporar no que couber, todas os aspectos institucionais que norteiam a implantação e gestão de ZPE.

Efeitos do Projeto Sobre a Economia Regional

Um dos benefícios do projeto para a economia regional se dará através do efeito renda proporcionado pelas pessoas que irão trabalhar nas empresas instaladas na ZPE. Além dos empregos diretos, as indústrias irão demandar uma ampla variedade de serviço, parte será atendido pelas empresas da região.

Outro aspecto positivo, é que à médio prazo a ZPE irá contribuir para aumentar o movimento comercial do Porto do Açu, mobilizando a cadeia de empresas que gravitam em torno da atividade portuária, gerando com isso emprego e renda.



▪ Estimativa de Investimentos

O projeto da ZPE do Açu conta com 1.821.674,36 m², sendo 1.753.005,21 m² de área loteada, e será implantado em três etapas, de acordo com a demanda de instalação das empresas.

A primeira etapa contempla uma área de 434.421,05 m², no entanto o projeto de arruamento elaborado permite o acesso e a ocupação adicional de mais 401.790,07 m² que estariam destinados na 2ª etapa do empreendimento, sem que implicar em custo adicional de infraestrutura para se incorporar a referida área à primeira etapa, o que irá perfazer um total de 836.211,12 m² de lotes industriais e de serviço.

Para a implantação da 1ª etapa, estão previstos investimentos de R\$ 40.677.000,00. Desse total cerca de R\$ 1.500.000,00, 3,68%, serão destinados a projetos, gerenciamento e aprovações.

ITEM	1 eTAPA
INVESTIMENTO TOTAL	40.677.000

	ITEM	UN	QUANT	1 eTAPA
1	PROJETOS, SUPERVISÃO DE OBRAS E LICENÇAS.	vb	-	1.500.000

	ITEM	UN	QUANT	1 eTAPA
2	INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL			15.931.000
2.2	Prédio da Receita Federal	m ²	600	1.034.000
2.1	Prédio da Administração, restaurante e serviços	m ²	1.000	1.723.000
2.3	Pátio de Estoque	m ²	5.000	1.520.000
2.4	Pátio estacionamento	m ²	5.000	1.000.000
2.5	Galpão para depósito geral	m ²	5.000	2.000.000
2.6	Equipamentos, viaturas, empilhadeiras, balança, mobiliário guaritas e sistema de segurança e vigilância	vb		7.315.000
2.7	Cerca no perímetro da área total (todas as 3 etapas)	m	5.333,1	1.339.000



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais

	ITEM	UN	QUANT	1 eTAPA
3	INFRAESTRUTURA INTERNA	vb		9.488.000
3.1	Aterro para conformação do greide das pistas	m³	12.000	613.000
3.2	Implantação de galerias de micro drenagem	m	1.500	750.000
3.3	Implantação das vias internas com pistas asfaltadas, meios-fios, sarjetas e drenagem superficial das pistas e calçadas.	m	1.200	3.060.000
3.4	Implantação da rede distribuidora de água potável	m	1.200	538.000
3.5	Implantação da rede coletora de esgotos	m	1.200	1.224.000
3.6	Implantação da Estação de Tratamento de Esgotos Sanitários	un		2.385.000
3.7	Implantação da rede de energia elétrica 34,5KV	m	1.200	538.000
3.8	Implantação de rede de fibra ótica	m	1.200	305.000
3.9	Implantação da área verde (grama e mudas de árvores)	m²	5.000	75.000

	ITEM	UN	QUANT	1 eTAPA
4	INFRAESTRUTURA EXTERNA			11.258.000
4.1	Adução de água	m	3.870	1.942.000
4.2	Implantação de linha de alimentação elétrica em 34,5 KV	m	11.900	5.331.000
4.3	Implantação de rede de fibra ótica	m	3.870	985.000
4.4	Construção de emissário para a drenagem e esgoto tratado	vb		3.000.000

	ITEM	UN	QUANT	1 eTAPA
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES E DE APOIO	vb	-	2.500.000

Os custos relativos aos projetos, incluídos no subitem infraestrutura institucional, foram orçados em R\$ 15.931.000,00, este item é o que apresenta maior peso financeiro, 39,16%.

Nele estão considerados todas as instalações, equipamentos, galpões e pátios destinados à operação da Recita Federal e da Administradora da ZPE, vem como a instalação de cerca em todo o perímetro da área da ZPE.



Os custos relativos à implantação da infraestrutura interna foram orçados em R\$ 9.488.000,00, o que corresponde a 23,32% do total.

O menor custo da instalação de infraestrutura externa comparativamente aos demais decore da funcionalidade do partido arquitetônico adotado para o projeto de loteamento, com apenas 1.200m de via da primeira etapa será possível acessar

▪ Cronograma Físico

O cronograma apresentado abaixo prevê um prazo de 36 meses para a implantação do projeto. Entretanto, é possível que a Administradora decida executar as obras num tempo menor, o que é factível. Caso isso ocorra, o prazo das diversas etapas será reduzido, mas a sequência de implantação do projeto permanece basicamente a mesma

Atividades	Trimestres											
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª
Criação da Administradora												
Projeto de Alfandegamento												
Plano Diretor												
Elaboração e aprovação de projetos												
Concessão Licença de Instalação (LI)												
Obras Cíveis												
Alfandegamento da área pela SRF												
Propostas de Instalação												
Instalação de Empresas												

Obs: A Licença de Instalação (LI) refere-se apenas às obras de infraestrutura, pois o empreendimento já dispõe da Licença Prévia.



X - APOIO LOGÍSTICO

Conforme exposto, a região selecionada para se implantar a ZPE deveu-se em grande parte a excelência logística oferecida, que atende a maioria das demandas logísticas de interesse das empresas, discriminada a seguir:

Sistema Portuário

- **Porto do Açu**

A área da ZPE se situa a 3 km do Porto do Açu, ambos se situam dentro do DISJB, porto onde as empresas deverão realizar grande parte das operações voltadas para o exterior. Adicionalmente as empresas da ZPE poderão contar os Portos de Vitória e do Rio de Janeiro como alternativas.

O Porto do Açu tem uma área de 90 km², dois Terminais, um voltado para offshore, o T1, e o outro onshore, T2, que entrou em atividade em outubro de 2014, já figurando como o 4 terminal privado em movimentação de cargas no país (dados Antaq).

Ao longo de 2016 o Complexo Portuário do Açu recebeu um total de 966 embarcações comerciais. Projetado com base no moderno conceito porto-indústria, ele conta uma retro área para armazenamento dos produtos que serão movimentados. Na área retro portuária estão instaladas diversas empresas que já usufruem das soluções logísticas competitivas, seguras e integradas que o empreendimento oferece.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais



Fonte: Site do Porto do Açu

O Terminal T1 é dedicado à movimentação de minério de ferro e petróleo, contando com uma ponte de acesso com 3 km de extensão, píeres, canal de acesso e bacia de evolução. A Ferroport iniciou em outubro de 2014 a operação do terminal de minério de ferro no porto, sendo que somente em 2016 foram movimentados 16 milhões de toneladas de minério de ferro, tendo capacidade para movimentar 26,5 milhões de toneladas por ano. O produto chega ao Porto por meio de um mineroduto, que liga a mina em Conceição do Mato Dentro (MG) ao terminal.

Com 20,5 metros de profundidade, o terminal de minério de ferro pode receber navios do tipo Panamax e Capesize (220 mil toneladas). Já o Terminal de Petróleo (T-OIL) conta com três berços dedicados para operação ship to ship e capacidade para movimentar 1,2 milhão de barris por dia. A primeira operação do T-OIL foi para a empresa BG E&P Brasil Ltda., subsidiária da Royal Dutch Shell, que possui contrato para o transbordo de 200 mil barris de petróleo por dia, o que equivale a cerca de 20% da capacidade diária do Terminal.

Inicialmente a operação de transbordo está sendo realizada com navios capesizes, mas já foi iniciada a dragagem do terminal para até 25 metros, o



que permitirá a atracação de navios maiores, do tipo Very Large Crude Carrier - VLCC (320 mil toneladas).

O Terminal T2 foi instalado no entorno de um canal para navegação que conta com 6,5 km de extensão, 300 metros de largura e profundidade de até 14,5 metros, dispondo de 13 km de cais, movimentando carga de projetos, bauxita e coque e tem capacidade para movimentar contêineres, rochas, grãos agrícolas, veículos, granéis líquidos e sólidos, derivados de petróleo e carga geral. O terminal também abriga uma área dedicada à indústria de suporte às operações de E&P de óleo e gás.

Entre os clientes que já estão instalados no Porto do Açu está a americana Edison Chouest Offshore (ECO), reconhecida hoje como o mais diverso e dinâmico fornecedor de soluções de transporte marítimo offshore do mundo. Com 1.030 metros de cais, a base irá contar com 16 berços para atracação, além de um estaleiro de reparos navais para suas próprias embarcações e de terceiros. Esta será a maior base de apoio offshore do mundo.

Outras empresas também já operam suas unidades no Terminal 2 do Porto do Açu, como a americana NOV, líder mundial no fornecimento de componentes mecânicos para sondas de perfuração terrestres e marítimas, que instalou no local uma unidade de produção de tubos flexíveis. A unidade, em operação desde 2014, tem capacidade para produção de 250 km de tubos flexíveis por ano, além de área para armazenagem e teste de material.

A Technip, que oferece serviços e soluções tecnológicas para campos de desenvolvimento em águas profundas, instalações offshore e unidades de processamento onshore, também opera desde 2014 sua unidade no Porto do Açu. No local a empresa construiu sua maior unidade de produção de tubos flexíveis, com 500 m de frente de cais e 289.800 m² de área total.



A americana InterMoor, líder global no fornecimento de serviços de ancoragem, fundações e serviços subaquático que oferece soluções inovadoras para plataformas móveis e serviços de instalação offshore, também já está em operação. A empresa construiu uma unidade que oferece apoio logístico e serviços especializados à indústria de óleo e gás.

Em 2016 foi iniciada a operação do TECMA - Terminal de Combustíveis Marítimos do Açu, pela BP Marine, que realiza atividades de importação, exportação, venda, armazenagem, mistura e distribui e/ou comercializa combustíveis marítimos. Este centro de abastecimento atende às demandas de navios dos mais variados portes e atividades, como PSVs (Platform Supply Vessels) e navios de cabotagem e de longo curso, por combustíveis como diesel marítimo (MGO - Marine 'Gas Oil). A unidade começou a operar com a comercialização de óleo diesel marítimo.

- **Porto do Rio de Janeiro**

O Porto do Rio de Janeiro está localizado na costa oeste da Baía de Guanabara, e é composto de 6.740 m de cais contínuo e um píer de 883m de perímetro. O Porto conta também com 10 armazéns externos (no total de 65,4 mil m²) e oito pátios cobertos, somando 11 mil m² e com capacidade para armazenar 13 mil toneladas. Existem ainda três terminais de uso privativo para combustíveis e um para produtos químicos. A sua administração fica a cargo da Companhia Docas do Rio de Janeiro.

A área de influência do Porto abrange principalmente os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e as áreas do sudoeste de Goiás e do sul da Bahia.

Os acessos ao Porto do Rio de Janeiro se fazem através:

- **Rodoviário:** BR-040, BR-101, BR-116, RJ-071 e RJ-083.



- **Ferrovário:** Ferrovia Centro-Atlântica (FCA – antiga SR-2 da RFFSA), MRS - Logística (antiga SR-3 da RFFSA) e Campos (FCA).
- **Marítimo:** A barra do porto tem largura de 1,5 km e profundidade mínima de 12 m, e o canal de acesso compreende 18,5 km de comprimento, 150 m de largura mínima e 17 m de profundidade.

As principais cargas embarcadas no Porto do Rio de Janeiro são:

Granéis Sólidos - trigo e ferro gusa; Granéis Líquidos - petróleo e derivados; e Carga Geral – containerizada, produtos siderúrgicos, papel, açúcar e cargas rô-rô (veículos).

1) Aeroportos

As empresas instaladas na ZPE poderão contar com apoio aeroportuário de Vitória situada a 278 km ao norte, Cabo Frio a 235 km ao sul e Aeroporto Tom Jobim no Rio de Janeiro, a 316 km.

Aeroporto de Vitória

O Aeroporto de Vitória opera voos nacionais de passageiros e internacionais de carga, recebendo diariamente a média de 10.655 pessoas, entre passageiros e funcionários das empresas que operam o sistema aeroportuário, tendo capacidade para receber aviões de médio e grande porte, tais como o ATR-72, o Boeing 737 e o Airbus A319/Airbus A320.

Recebe, ainda, jatos executivos e helicópteros e conta com voos diretos e diários para os aeroportos de Congonhas e Guarulhos (São Paulo), Santos Dumont e Galeão (Rio de Janeiro), Confins (Belo Horizonte), Brasília, Salvador e Campinas. Em 2016, foi emitida Portaria outorgando ao Aeroporto de Vitória



a certificação para operação com aeronaves de código de referência 4C, A319, A320, A321, B737 e B767-300 cargueiro.

O seu terminal internacional de cargas dispõe de cofre, câmaras frigoríficas, armazém de carga perigosa e armazém de material radioativo. Em 2016 movimentou 2.580,2 toneladas de carga composta principalmente por eletrônicos, equipamentos de telecomunicação, vestuário, cosméticos, medicamentos e insumos industriais.

O movimento de passageiros que já chegou a 3.583.875 pessoas em 2015 caiu para 3.120.166 passageiros em 2016 devido à recessão econômica. Os dados da tabela abaixo incluem embarques e desembarques de passageiros no Aeroporto de Vitória em voos regulares e não regulares.

Movimentação de Passageiros

Ano	Movimento	Variação Anual	Participação na Rede
2013	3.450.736	-5,27%	3,26%
2014	3.522.674	2,80%	3,12%
2015	3.583.875	1,74%	3,19%
2016	3.120.166	-12,94%	2,98%

Da mesma forma a recessão impactou no movimento de aeronaves, houve uma queda de quase 30% entre 2014 e 2016.

Movimento anual de aeronaves (pousos e decolagens)

Ano	Movimento	Variação Anual	Participação na Rede
2013	58.504	-8,27%	2,91%
2014	60.144	2,80%	3,04%
2015	58.706	-2,30%	3,23%
2016	46.737	-20,46%	2,95%



Situação do aeroporto, antes e após a conclusão das obras de expansão:

	Atual	Novo
Área do terminal de passageiros	6.270 m ²	26.578 m ²
Pontes de Embarque	0	6
Pontes de Embarque Remotas	6	5
Estacionamento de veículos	600 vagas/7.385 m ²	1.067 vagas/35.747 m ²
Pista de pouso e decolagem (Podem eventualmente operar simultaneamente)	1.750 x 45 m	1.750 x 45 m e 2.058 x 45 m
Pátio de aeronaves	44.400 m ² /06 aeronaves	51.000 m ² /08 aeronaves
Capacidade de passageiros por ano	3.300.000	8.400.000
Pontos Comerciais	12	75
Balcões de Check-in	25	31

O movimento de carga decoprrrente do comércio exterior é 99% voltado para a importação de produtos.

Movimento anual de carga aérea (t) - terminal de cargas (TECA)

Ano	Importação	Participação	Exportação	Participação	Total	Participação
2013	5.244	3,12%	85	0,11%	5.329	1,10%
2014	3.892	-	115,1	-	4.007,10	-
2015	3.174	4,04%	102	0,27%	3.276	1,14%
2016	2.558,9	-	21,3	-	2.580,20	-

Aeroporto de Macaé

Distante 140 km de São João da Barra, o Aeroporto de Macaé tem sua movimentação baseada na frota de helicópteros que trafegam entre as bases marítimas da Petrobrás na Bacia de Campos.

Considerada a maior base de apoio a exploração de petróleo nacional, o aeroporto de Macaé movimenta mais de 60.000 pousos e decolagens por ano. Em 2007, registrou o recorde de mais de 400.000 passageiros em suas dependências (destes, cerca de 98% referem-se à atividade off-shore). A área



do complexo aeroportuário conta com 480 mil m², sendo 41.000 m² de pátio de aeronaves e 45 posições para estacionamento.

Aeroporto de Cabo Frio

Situado a 235 km do Porto do Açu o Aeroporto de Cabo Frio é administrado pela empresa Costa do Sol Operadora Aeroportuária S/A, sendo especializado em transporte de cargas, e já o quinto maior do país na área de carga, contando com a seguinte estrutura:

- Dois Terminais de passageiros (TPS) com capacidade para 300 pessoas
- Estacionamento para 100 veículos
- Serviço de Rampa (Pax e Carga)
- Serviço de abastecimento de aeronaves - GAV 100 / JET A1
- Sala de Tráfego Aéreo (Sala AIS)
- Terminal de Carga Aérea - TECA (18.600m² Cobertos)
- Área Alfandegada - 38.000m²
- Instalações para containers frigoríficos
- Uma Câmara frigorífica
- Depósito de medicamentos climatiza

Principais Características

Classe do aeródromo: D

Resistência do pavimento: 76/F/C/X/T;

Condições operacionais: IFR e VFR

Pátio de embarque e desembarque: 40,000m²

Indicador de direção de pouso: biruta

Farol rotativo: existente

NBD: Frequência de 200 kHz e com alcance 45 milhas

Horário de funcionamento: H12 Demais HR O/R

Nível Contra Incêndio: Cat-9



Aeroporto Riogaleão - Tom Jobim

O Aeroporto Tom Jobim é a principal porta de saída para as exportações de produtos nacionais, incluindo perecíveis e calçados. Seu armazém possui uma área de 8.000 m², 12 docas para atracação de caminhões e ambiente refrigerado para armazenagem de produtos com temperatura controlada.

A RIOgaleão, empresa administradora, entrega a carga à companhia aérea ou transportador rodoviário, para que seja providenciada a paletização da carga realizada de acordo com a supervisão e orientação do agente da companhia aérea. Todos os equipamentos são pesados na saída, antes do embarque, para balanceamento e segurança do voo. O processo de paletização pode ser realizado pela RIOgaleão Cargo, companhia aérea ou empresas por ela contratadas.

Após a confirmação do embarque da carga no sistema Siscomex, o transportador envia eletronicamente os dados do embarque para o Sistema de Informações do Banco Central – SISBACEN, subsidiando a emissão do Comprovante de Exportação – CE.

O armazém de importação possui 36.000 m² dedicados ao recebimento dos produtos oriundos do exterior, possibilitando a armazenagem de produtos perecíveis, produtos de alto valor agregado, animais vivos, cargas com grandes dimensões e perigosas. O terminal se destaca por ser uma das principais portas de entrada no país de cargas destinadas às indústrias dos segmentos químico, farmacêutico e de óleo e gás.

Dispõe, ainda, de um sistema de armazenamento automatizado (transelevador) com 6.000 posições pallet para carga geral e 17.000m³ focadas no atendimento às cargas com temperatura controlada. Toda a operação é realizada de forma automatizada, o que facilita a movimentação e garante um elevado padrão de qualidade e segurança.



A RIOgaleão Cargo possui uma das maiores estruturas dedicada ao armazenamento de cargas classificadas como perigosas, com uma área de 900 m² dedicadas e sem restrição de categoria. Atendendo a regulamentação da IATA, o armazém possui segregação de acordo com a compatibilidade entre as classes de riscos de cada produto. Além disso, 100% do efetivo de pessoal são treinados conforme padrões internacionais para o manuseio deste tipo de carga.

O aeroporto é dotado com um complexo climatizado de 17.000m³ com capacidade de armazenamento de cargas de diversas temperaturas e segregação em atendimento à legislação vigente e boas práticas de cadeia de frio.

A área de cargas conta ainda com o TECA Farma 2 dispondo de dois corredores independentes com temperaturas de 2°C a 8°C e 16°C a 22°C contemplando um total de 1.380 posições de armazenagem. Com 12.420m³, toda a movimentação e armazenamento dentro do complexo são realizados de forma completamente automatizada, possuindo antecâmara, com docas acopladas e dedicadas, o que garante a integridade de temperatura no ato do carregamento de entrega ao transportador rodoviário.

A RIOgaleão substituiu recentemente toda a frota de empilhadeiras e demais equipamentos de movimentação de carga. A nova frota de equipamentos possui capacidade para movimentar cargas de até 16t.

Seu terminal conta com área exclusiva para colocação de selos específicos do processo de importação em determinados produtos enquanto estes ainda estão sob controle aduaneiro.

O complexo de carga possui amplo pátio de manobras, com capacidade para atender os maiores veículos de transporte do mercado. Além disso, conta com



quatro docas niveladoras, o que permite agilidade no descarregamento e carregamento dos veículos.

Um grande diferencial do RIOgaleão Cargo está no seu pátio de aeronaves cargueiras. Além de possuir a maior pista de pouso e decolagem do país, com 4 mil metros, conta com 9 posições para aeronaves dedicadas a esse tipo de operação. O galpão possui área exclusiva para armazenagem de envirotainers com pontos de energias dedicados.

O Terminal está apto a operar os mais diversos tipos de regimes aduaneiros especiais de importação e exportação, tais como Linha Azul, Recof, admissão temporária, drawback, trânsito aduaneiro, REPETRO e reexportação.

De acordo com suas características, o RIOgaleão Cargo disponibiliza operações especiais para atendimento das necessidades dos clientes.

2) Transporte Rodo-Ferrovário

O mapa intermodal da mesorregião do Norte Fluminense demonstra a multiplicidade de tráfegos disponíveis para interligar o município de São João da Barra com as demais cidades ao seu redor, com rodovias estaduais e federais pavimentadas e transporte aereo.

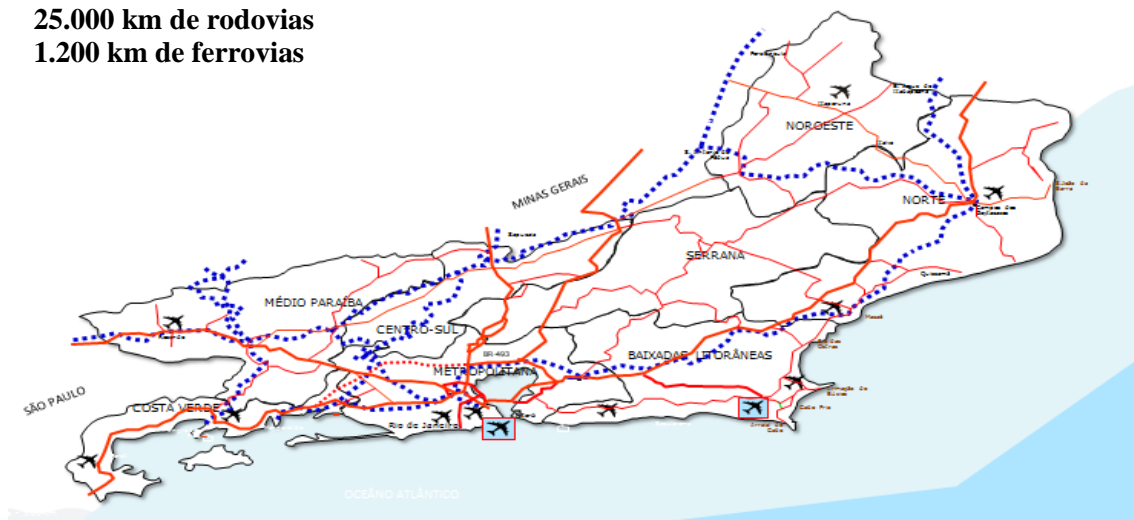
O município de São João da Barra fica a apenas quarenta e cinco minutos de Campo dos Goytacazes por rodovia. Ferrovias e portos completam o sistema intermodal da região, que é contemplada com privilegiada localização territorial na costa do Atlântico.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais

25.000 km de rodovias
1.200 km de ferrovias



Fonte: DNIT

▪ **Malha Rodoviária**

O sistema rodoviário do estado do Rio de Janeiro compreende cerca de 25.000 mil quilômetros de rodovias. A maioria delas encontra-se pavimentada e em bom estado de conservação e integrada à rede multimodal nacional.



Fonte: DNIT

A BR-356, uma das principais rodovias federais, com 472,9 km de extensão, tem Belo Horizonte como ponto inicial em Belo Horizonte e final em São João da Barra, completamente pavimentada, permite a São João da Barra a rápida



ligação com Campos dos Goytacazes, tida como a “capital” da região norte, , devido a representatividade do seu polo comercial e financeiro.

O trecho fluminense da BR-356 passa pela cidade de Itaperuna, encontrando-se com a RJ-186 e permanecendo com esta por um trecho de aproximadamente 50 km, até seguir novamente para a cidade de Itaíva. Daí, passa pela cidade de Cardoso Moreira até encontrar a rodovia estadual RJ-204, com a qual mantém um trecho comum, de aproximadamente 40 km, seguindo em direção ao rio Paraíba do Sul, onde recebe o nome de rodovia Campos-Itaperuna, até chegar à cidade de Campos dos Goytacazes.

Nesta cidade, passa por três diferentes vias até voltar a ser BR-356. Deixando Campos dos Goytacazes, a rodovia segue beirando a linha férrea com o nome de Estrada para São João da Barra, onde finalmente acaba por terminar.

O governo do estado analisa a possibilidade de construir um trecho de 45 km, via PPP, unindo o Porto do Açu a BR-101 norte, rodovia que liga a região ao norte e sul do país.

Com relação ao transporte urbano do DISJB para os municípios vizinhos como Campos, Macaé e São Francisco de Itabapoana, ele é realizado através de ônibus fretado pelas empresas do DISJB em sistema de pool. Caso não tenham interesse em contar com sistema de transporte dedicado, as futuras empresas da ZPE poderão participar do esquema coletivo de transporte existente.

É previsível que com o aumento da demanda de pessoas trabalhando no Distrito Industrial, seja criada linha de ônibus de passageiros ligando o Açu a São João da Barra e Campos.

- Valor do Frete de Caminhão



São os seguintes os valores do frete de caminhão do DISJB para as seguintes localidades:

Origem	Destino	Distância - KM	ICMS	Frete Bruto R\$/t
Rio de Janeiro	Distrito industrial de São João da Barra	323	20%	R\$121,13
Campos dos Goytacazes	Distrito industrial de São João da Barra	44,5	20%	R\$ 27,81
Macaé	Distrito industrial de São João da Barra	158	20%	R\$ 79,00
São Paulo	Distrito industrial de São João da Barra	745	12%	R\$ 211,65
Vitória	Distrito industrial de São João da Barra	289	12%	R\$ 98,52
Cabo Frio	Distrito industrial de São João da Barra	240	20%	R\$ 90,00

Malha Ferroviária

A rede ferroviária do Estado do Rio de Janeiro conta com 1.200km de linha férrea dentro do seu território, incluindo o transporte de passageiros, sendo operada por concessionárias privadas, a MRS Logística e a Ferrovia Centro Atlântica (FCA). A MRS, através de sua malha de 1.674 km, interliga o estado do Rio de Janeiro com Minas Gerais e São Paulo. A Centro Atlântica, por sua vez, tem 7.840 km de malha.



O Porto do Açu está contemplado por dois trechos ferroviários previstos no Programa de Investimentos em Logística (PIL) do Governo Federal. Como indicado pela nova versão do programa, a infraestrutura de acesso ao Porto do Açu será composta por um sistema de rodovias e ferrovias de alta capacidade. A ferrovia EF-118, quando concluída, irá ligar o Porto do Açu a Vitória e ao Rio de Janeiro passando pelo COMPERJ, e a partir daí, através da MRS, com São Paulo e Minas Gerais.

Em seu tramo norte, a EF-118 conectará o Porto do Açu a Vitória e, através da EFVM, a regiões de Minas Gerais. Parte desta ferrovia já existe, a EF-103, e terá seu leito reaproveitado, reduzindo investimento para sua implantação.

Existe, igualmente em fase de estudo, como indicado no PIL, a ferrovia EF-354 que possibilitará interligar o Açu aos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, dando maior dinâmica e atraindo mais cargas para a EF-118.

A EF-354 conectará Anápolis (GO) ao Porto do Açu, passando também por Brasília (DF), Corinto, Conceição do Mato Dentro e Ipatinga (todos em MG) e Campos dos Goytacazes (RJ). Este trecho possibilita a ligação do Porto do Açu



com o Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, criando uma nova alternativa para a exportação de vários produtos, principalmente grãos, minério de ferro e produtos siderúrgicos.

▪ Saneamento Básico

O mapa apresentado a seguir apresenta a média anual, em 2015, resultante do monitoramento dos corpos de água doce do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, onde está situado São João da Barra, a partir da aplicação do Índice de Qualidade de Água – Iqansf, calculado pelo Instituto Estadual do Ambiente. A água dos pontos de coleta no município estava apropriada para tratamento convencional visando ao abastecimento público. No mapa a seguir, as cores verde e amarela expressam esta condição, enquanto os pontos marcados em laranja, situados em municípios vizinhos, referem-se a águas impróprias para tratamento convencional, sendo necessários tratamentos mais avançados.



Fonte: Boletim consolidado de qualidade das águas da RH IX. Inea. 2015.

Em 2009, foi construído um novo sistema de abastecimento de água potável em Barra do Açu, dotado de poço artesiano e rede de distribuição. Foram implantados três (três) novos sistemas de abastecimento de água nas



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais

localidades de Mato Escuro, Sabonete e Palacete, todas no 5 distrito, que atualmente são responsáveis pelo abastecimento de inúmeras localidades.

A empresa Águas do Açu, criada para captar, tratar e fornecer água para as empresas do Distrito Industrial de São João da Barra obteve no corrente ano a aprovação da outorga de direito de recursos hídricos junto ao INEA- Instituto Estadual do Ambiente, estando autorizada a captar água bruta de três poços artesianos até o volume de 420m³/h, volume suficiente para atender todas as empresas que vierem se instalar no DISJB

Com relação às tarifas, pode-se se usar como base as praticadas pela CEDAE, abaixo, empresa de economia mista do estado responsável pelo serviço de abastecimento de água e tratamento de esgoto.

abaixo:

ESTRUTURA TARIFÁRIA A VIGENTE (data base agosto/2016)

ESTRUTURA TARIFÁRIA					
CATEGORIA DE USUÁRIOS	CONSUMO (m ³ / MÊS)	MULTIPLI-CADOR	TARIFA 1 (A)	TARIFA 2 (A)	TARIFA 3 (A)
DOMICILIAR	CONTA MÍNIMA	1,00	3,095164		
DOMICILIAR	0 - 15	1,00		3,545819	3,545819
	16 - 30	2,20		7,800801	7,800801
	31 - 45	3,00		10,637457	10,637457
	46 - 60	6,00		21,274914	21,274914
	> 60	8,00		28,366552	28,366552
COMERCIAL	0 - 20	3,40		12,055784	12,055784
	21 - 30	5,99		21,239455	21,239455
	> 30	6,40		22,693241	22,693241
INDUSTRIAL	0 - 20	5,20		18,438258	18,438258
	21 - 30	5,46		19,360171	19,360171
	> 30	6,39		22,657783	22,657783
PÚBLICA	0 - 15	1,32		4,680481	4,680481
	> 15	2,92		10,353791	10,353791
PÚBLICA	0 - 15	1,32	4,085616		
(*) ESTADUAL	> 15	2,92	9,037878		

ESTRUTURA TARIFÁRIA B VIGENTE (data base agosto/2016)

ESTRUTURA TARIFÁRIA					
CATEGORIA DE USUÁRIOS	CONSUMO (m ³ / MÊS)	MULTIPLI-CADOR	TARIFA 1 (B)	TARIFA 2 (B)	TARIFA 3 (B)
DOMICILIAR	CONTA MÍNIMA	1,00	2,715051		
DOMICILIAR	0 - 15	1,00		3,110362	3,110362
	16 - 30	2,20		6,842796	6,842796
	31 - 45	3,00		9,331086	9,331086
	46 - 60	6,00		18,662172	18,662172
	> 60	8,00		24,882896	24,882896
COMERCIAL	0 - 20	3,40		10,575230	10,575230
	21 - 30	5,99		18,631068	18,631068
	> 30	6,40		19,906316	19,906316
INDUSTRIAL	0 - 20	4,70		14,618701	14,618701
	21 - 30	4,70		14,618701	14,618701
	31 - 130	5,40		16,795954	16,795954
	> 130	5,70		17,729063	17,729063
PÚBLICA	0 - 15	1,32		4,105677	4,105677
	> 15	2,92		9,082257	9,082257
PÚBLICA	0 - 15	1,32	3,583867		
(*) ESTADUAL	> 15	2,92	7,927948		

TARIFA 1: Unidade predial com volume apurado até 0,5m³/dia/economia.

TARIFA 2 e 3: Demais unidades.

Tarifa Social:

Considera 1 economia e cobrança de 30 dias;

valor de conta para Unidade Predial (atendida com cobr./água e sem esgoto): R\$ 14,36;

A cobrança de esgoto é igual à cobrança de água;

Id: 2000243

Fonte: AGENERSA



Drenagem de Águas Pluviais

A captação e o tratamento das águas pluviais nas áreas industriais serão realizados por cada um dos empreendimentos integrante da ZPE, que assumirão compromisso para tal junto a Administradora da ZPE, tendo por base as diretrizes a serem fixadas no Marco Regulatório Ambiental - MRA do DISJB/ZPE.

As indústrias deverão projetar seus sistemas internos de drenagem pluvial, de modo a separar as águas com possibilidade de contaminação das não contaminadas. Deverão dotar os sistemas águas sujeitas à contaminação de dispositivos para a retenção temporária da drenagem, de forma a possibilitar o controle e monitoramento dos fluxos quanto ao grau de contaminação eventual.

As águas pluviais em áreas sujeitas à contaminação por óleo deverão ser obrigatoriamente encaminhadas a caixas separadoras de água e óleo (SAO), com a devida remoção da fração de óleo separada, e a transferência da fração aquosa para tratamento na Estação de Tratamento de Efluente Industrial própria.

A água pluvial coletada nas demais áreas não sujeitas à contaminação poderá também ser contida de forma a ser utilizada como água de processo, contribuindo assim para redução do consumo de água industrial.

Para prevenir a descarga de águas pluviais contaminadas das indústrias no sistema de macrodrenagem do distrito, seus sistemas de drenagem pluvial destas serão inspecionados pela Administradora e CODIN durante a fase de instalação e, esporadicamente, em auditorias na fase de operação.



Resíduos Sólidos

Em relação aos resíduos sólidos, os municípios fluminenses, em sua maior parte, fazem parte de arranjos regionais ou consórcios públicos, consoante a Política Nacional de Saneamento Básico – PNSB (Lei Federal n 11.445/2007) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei Federal n 12.305/2010).

Esses modelos permitem o compartilhamento de serviços ou atividades de interesse comum, permitindo maximizar os recursos humanos, infraestrutura e recursos financeiros existentes em cada um deles, de modo a gerar economia de escala.

Segundo dados do Plano Estadual de Resíduos Sólidos – PERS, São João da Barra faz parte do arranjo regional Norte Fluminense e se encontra no rol dos 69 municípios que dispõem seus resíduos sólidos urbanos (RSU) em aterro sanitário situado no município de Campos dos Goytacazes.

A gestão dos resíduos sólidos gerados pela operação das empresas do DISJB e da ZPE será realizada pela Administradora do DISJB em conjunto com a Administradora da ZPE, estando previsto a adoção de políticas de redução, reciclagem e reuso, além da execução de todos os procedimentos mandatórios de gestão resíduos, previsto na legislação.

O tratamento ou destinação final de resíduos será realizado via terceirização de serviços especializados de coleta seletiva, transporte e destinação dos resíduos de responsabilidade das empresas do DISJB, incluindo as da ZPE. Neste processo o gerenciamento de resíduos privilegiará destinações para empresas de reciclagem e reuso, implementando assim as linhas de sua política ambiental.

As empresas gerenciarão seus respectivos resíduos dentro de seus sistemas próprios de gestão ambiental, observando protocolos a serem estabelecidos



pelo Marco Regulatório Ambiental – MRA. Caberá a Administradora da ZPE a supervisão dos sistemas de gestão de resíduos das indústrias.

▪ **Energia Elétrica**

O Distrito Industrial de São João da Barra é atendido pela subestação Porto do Açu com capacidade para 160 MVA. Ela irá suprir os clientes instalados no porto, o maior da América Latina e, igualmente, as empresas da ZPE.

O empreendimento é composto pela subestação de 160 MVA (138/34,5 kV), 54 km de Linha de Transmissão de 138 kV e 5 km de Linha de Distribuição de 34,5 kV. A nova subestação ocupa o sexto lugar em termos de potência total instalada no sistema elétrico da ENEL- Empresa nacional de Energia Elétrica empresa que faz a distribuição na região, e a linha de 34,5 kV será a primeira de distribuição nesta classe de tensão.

Na área específica onde se situa a área da ZPE foi implantada uma linha de transmissão de 34,5Kv com 24Km que passa na Estrada do Cajueiro, via situada ao longo de um dos lados da ZPE.

Outra fonte de fornecimento de energia elétrica para a ZPE se dará através da Gás Natural do Açu ela irá implantar uma usina de regaseificação, em parceria com a Siemens, o que permitirá o suprimento de GNL, gás natural e eletricidade para as empresas do DISJB e da região, estando previsto para 2020 o início da sua operação.

Localizado no DISJB, o Açu Gás será composto por 6.400 MW, já licenciado, de geração termelétrica a gás natural; terminal de importação e armazenagem de GNL; unidade de processamento de gás natural; e gasodutos que ligarão o empreendimento à malha de transporte e campos produtores.

A fase 1 do Gás Hub irá contar com a UTE GNA I, uma termelétrica em ciclo combinado a gás natural de cerca de 1.300 MW, e o Terminal de



Regaseificação do Açú, com capacidade para importar GNL para a UTE GNA I e futuras térmicas e outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açú.

▪ **Telecomunicações**

A empresa Acessototal, atual fornecedora de link de internet no Porto do Açú, declarou que existem condições de atender por fibra ótica o serviço comunicação das empresas da ZPE na velocidade de até 1 Giga (anexo).

São João da Barra possui estações receptoras de redes abertas e fechadas de televisão. Seu sistema de telefonia fixa possui 4.317 terminais instalados em 2010, além da presença das principais empresas de telefonia móvel do Brasil como: Claro, Vivo, Tim e Oi.

XI – PERFIL DAS INDÚSTRIAS DA ZPE

A análise das atividades passíveis de se instalar na ZPE considerou o perfil das exportações fluminenses, bem como as vocações econômicas da região situada na área de influencia direta de São João da Barra, onde se pretende instalar o projeto.

De acordo com estudo elaborado pela FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, em 2016 as exportações do estado do Rio registraram um superávit de US\$ 4,6 bilhões, US\$17,2bilhões em exportações e US\$12,6bilhões em importações. As exportações avançaram 1% em relação a 2015, enquanto as importações caíram 27%.

O desempenho das exportações do Rio foi impactado pelo avanço de 27% nas exportações de produtos manufaturados (US\$ 7,6 bilhões), sobretudo de produtos da indústria de *Outros Equipamentos de Transporte*. Também se destacaram as vendas de *Veículos Automotores* (aumento de 49%) e de *Máquinas e Equipamentos* (avanço de 46%).



Por outro lado, a indústria de *Petróleo* recuou em termos de receita, o que fez as exportações de produtos básicos (US\$ 8 bilhões) diminuir 11%, apesar de essa indústria ter batido recorde de embarques de petróleo (231 milhões de barris) desde 1996.

Dessa forma, pela primeira vez desde 2006 as exportações do Rio de produtos industrializados (US\$ 8,7 bilhões) superaram as vendas de básicos (US\$ 8 bilhões) e foram a maior parte da pauta exportadora do estado.

Já as importações caíram 27% em relação a 2015, conforme a tendência nacional. Todas as categorias econômicas da pauta importadora fluminense recuaram, em especial os bens de capital (51%), pois caíram as compras de *Outros Equipamentos de Transporte* (23%). Os dispêndios de importação de combustíveis diminuíram 50%. Já a importação de bens de consumo caiu 19%, com destaque para as compras reduzidas de automóveis e medicamentos.

Em termos de parceiros, o Rio de Janeiro aumentou as exportações de produtos, exceto petróleo, para Países Baixos (48%) e Cingapura (63%), que se tornaram os principais parceiros do estado devido às vendas de plataformas. Também se destacaram as vendas da cadeia automotiva para o mercado latino-americano, com avanço nas vendas para países como Argentina, México, Paraguai, Equador e Colômbia. As exportações para Aladi somaram US\$ 1,7 bilhão (avanço de 13%). Já as exportações para os EUA, que haviam sido principal parceiro do Rio em 2015, recuaram 26% por conta dos menores embarques da *Metalurgia*.

Nas importações de produtos exclusive petróleo, os EUA foram a maior origem dos importados (32%), seguido da China (9%).



O avanço das exportações foi impactado pelo incremento de 19% nas vendas externas de produtos industrializados, principalmente *Máquinas e Equipamentos*, *Veículos Automotores* e *Outros Equipamentos de Transporte*, enquanto as exportações de produtos básicos caíram 11%, impactados pela indústria de *Petróleo e Gás*.

Com esse resultado, a participação fluminense nas exportações brasileiras subiu de 8,9% em 2015 para 9,3% em 2016 e o Rio de Janeiro voltou a ser o terceiro maior exportador brasileiro, passando o Rio Grande do Sul, cuja exportação caiu 5,4% em 2016, e ficando atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais.

Na exportação de industrializados, os manufaturados (US\$ 7,6 bilhões) foram o grande destaque, pois as vendas externas aumentaram 27% em relação ao ano de 2015. Destaque para as exportações de *Outros Equipamentos de Transporte* (US\$ 3,3 bilhões), que aumentaram 106% sobretudo pela venda de quatro plataformas de produção de petróleo, o que impulsiona a cadeia de fornecedores do mercado de petróleo, gás e naval.

A indústria de *Veículos Automotores* (US\$ 843 milhões) também foi destaque em 2016, com incremento de 49% nas exportações. Aumentaram as vendas de automóveis de passageiros (US\$ 552 milhões), motores (US\$ 56 milhões), chassis (US\$ 49 milhões) e tratores (US\$ 36 milhões). Também cresceram as vendas externas de pneumáticos (US\$ 306 milhões) da indústria de *Borracha e Plástico*, levando ao crescimento de 5% nas exportações dessa indústria. Cabe ressaltar também que com isso o Rio teve a sua maior participação percentual nas exportações brasileiras de *Produtos de Borracha e Plástico* (15,2%).

Outra indústria de importante destaque nas exportações foi a de *Máquinas e Equipamentos* (US\$ 744 milhões), que avançou 46% em 2016 por conta das exportações de centrifugadores (US\$ 163 milhões) e partes de aquecedores



(US\$ 92 milhões) para a China. Também aumentaram as vendas de bombas e compressores (US\$ 87 milhões) e máquinas para terraplanagem (US\$ 9 milhões).

Contudo, a indústria *Metalúrgica* (US\$ 2,2 bilhões) enfrentou retração de 21% nas suas exportações em 2016, sobretudo pela queda nas vendas para os Estados Unidos. As exportações de laminados planos de ferro ou aço (US\$ 408 milhões) caíram 27% em relação a 2015, assim como as vendas de tubos flexíveis (US\$ 597 milhões) e tubos de ferro fundido (US\$ 24 milhões). Também recuou a receita de exportações de semimanufaturados de ferro ou aço (US\$ 1,1 bilhão), o que levou à retração de 17% nas exportações fluminenses de semimanufaturados.

Segundo a APEX, os produtos fabricados no Rio de Janeiro que apresentam maior participação na pauta de exportação setorial são os seguintes:



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais

Grupo de Produtos	Intensidade Tecnológica	Exportações do Subgrupo em 2011 (US\$ mil)	Participação do Subgrupo na Pauta do RJ	Participação do Subgrupo do RJ no Subgrupo do Brasil
Petróleo e derivados	PP	21.226.450	72,1%	79,2%
Carne de boi industrializada	PIRN	90.880	0,3%	11,3%
Bebidas destiladas	PIRN	7.963	0,0%	19,4%
Artigos de joalheria de metais preciosos	MIT	88.658	0,3%	57,5%
Confecções	MIT	39.731	0,1%	8,1%
Vidro e suas obras	MIT	39.012	0,1%	15,9%
Materiais elétricos e eletrônicos	MIT/MPFE	36.460	0,1%	10,0%
Impressos	MIT	19.303	0,1%	32,6%
Produtos cerâmicos	MIT	10.812	0,0%	2,7%
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	MIEE	2.140.317	7,3%	46,2%
Embarcações	MIEE	1.121.960	3,8%	97,3%
Automóveis	MIEE	360.925	1,2%	8,3%
Pneumáticos e câmaras de ar	MIEE	282.831	1,0%	18,3%
Veículos de carga	MIEE	252.412	0,9%	11,5%
Autopeças	MIEE/MPFE	87.194	0,3%	1,2%
Tratores	MIEE	64.528	0,2%	4,5%
Móveis	MIEE/MIT	22.265	0,1%	2,7%
Torneiras e válvulas	MPFE	196.562	0,7%	32,9%
Motores para veículos automóveis	MPFE	110.887	0,4%	9,0%
Produtos farmacêuticos	MIP&D	142.893	0,5%	9,8%
Higiene pessoal e cosméticos	MIP&D	91.903	0,3%	8,3%
Produtos químicos	MIP&D	71.216	0,2%	10,9%
Total grupos selecionados		26.505.162	90,0%	46,0%

Legenda Intensidade Tecnológica: PP – Produtos Primários; PIRN – Produtos Intensivos em Recursos Naturais; MIT – Manufaturados Intensivos em Trabalho; MIEE – Manufaturados Intensivos em Economias de Escala; MPFE – Manufaturados Produzidos por Fornecedores Especializados; MIP&D – Manufaturados Intensivos em P&D.

Fonte: PNCE

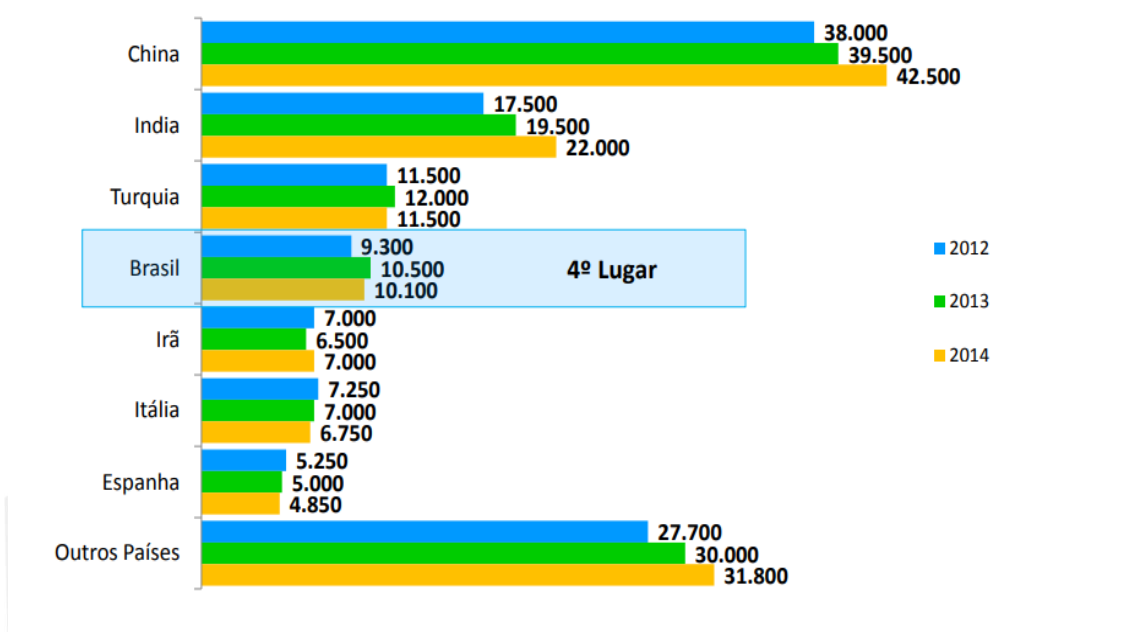
Com relação às vocações econômicas regionais, verifica-se que o Porto do Açu situa-se a 164 km de Santo Antônio de Pádua, região onde se localiza as principais jazidas de rochas ornamentais do estado do Rio de Janeiro e a 180 km Cachoeiras do Itapemirim um dos principais do Espírito Santo, que é o maior polo de rochas ornamentais do país.

Analisando-se os dados de exportação e produção de rochas ornamentais no mundo, verifica-se é bastante tímida a participação brasileira no comércio Internacional.



Em 2014, o setor movimentou mundialmente U\$22,9 bilhões, tendo o Brasil participado com apenas 5,4%, em que pese ser o quarto maior produtor de rochas ornamentais, ficando atrás da China, Índia e Turquia.

PRODUÇÃO MUNDIAL DE ROCHAS ORNAMENTAIS (em mil toneladas)



Fonte: Dados mundiais segundo estimativas do XIV Rapporto Marmo e Pietre nel Mondo 2014 (XXV World Marble and Stones Report); (e) Produção estimativa da Abirochas (Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais).

Fonte: Investa no ES

Paralelamente, considerando a potencialidade do setor no país, é ainda reduzido o volume de exportação de mármore e granito beneficiado para os mercados da China, Europa e USA.

Assim, uma das vocações econômicas da ZPE se centra no processamento e laminação de rochas ornamentais voltadas para atender o mercado internacional, o que é ratificado através do projeto da indústria âncora, ora encaminhado à consideração da CZPE.

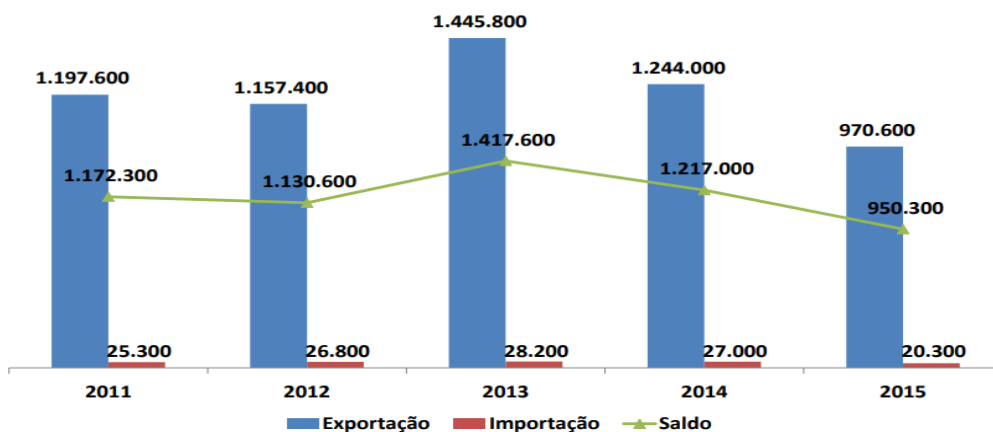


Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais

O projeto se constitui na primeira etapa da proposta maior, que é a criação de um cluster de rochas ornamentais em São João da Barra voltado para a exportação.

BALANÇA COMERCIAL SETOR DE ROCHAS – BRASIL (FOB MIL US\$)

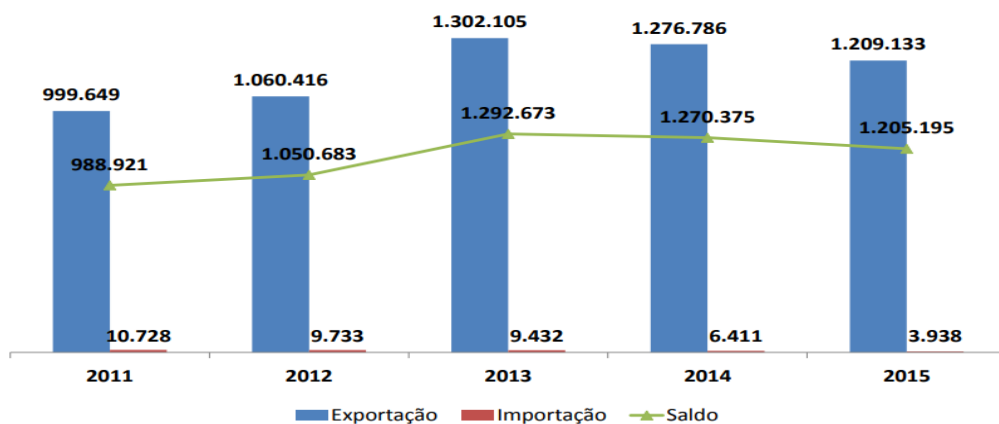


Fonte: Aliceweb 2.0
Elaboração: Ideies

Fonte: Investa no ES

A evolução da balança comercial do setor de rochas apresentou o seguinte comportamento no período 2011/2015:

BALANÇA COMERCIAL SETOR DE ROCHAS – ES (FOB MIL US\$)



Fonte: Investa no ES



Das 30 maiores empresas brasileiras exportadoras de rochas ornamentais (exportações individuais acima de U\$D 10 milhões em 2015), todas se situam próximas a ZPE do Açu, localizam-se no Espírito Santo.

Dos 25 maiores municípios brasileiros exportadores de rochas (exportações individuais acima de U\$ 5 milhões em 2015), 22 são do ES, dois são de MG e um do CE.

Os três principais municípios brasileiros exportadores foram os de Serra (USD 329,6 milhões), Cachoeiro de Itapemirim (USD 257,3 milhões) e Barra de São Francisco (USD 118,3 milhões), que conjuntamente responderam por 58,3% (USD 705,2 milhões) do total das exportações brasileiras de rochas em 2015.

Nesse sentido, o somatório de estrutura portuária, incentivos tributários e da proximidade do principal polo de recha ornamental do país e das jazidas de Santo Antônio de Pádua, mostra são grandes as possibilidades de se criar um cluster de pedras ornamentais voltado para a exportação, a semelhança do existente em Santo Antônio de Pádua, sendo este voltado para o mercado interno.

Esta foi a principal razão da maioria dos lotes da primeira etapa contarem com 40.000m², dimensão considerada adequada para receber empresas deste segmento.

Outra atividade prevista para a ZPE é a de beneficiamento de café de alta qualidade, a matéria prima procederá do Espírito Santo, o segundo maior produtor de café do país responsável por 25% da produção nacional, sobressaindo os tipos conilon e arábica.

Um segmento passível de se instalar na ZPE é o de empresas voltadas para a fabricação de pás com 100m de comprimentos para geradores de energia



eólica. As pás atualmente produzidas no país têm 60m de comprimento e as fábricas se situam fora da área costeira.

Um dos motivos da não fabricação no país de pás eólicas com 100m voltadas para o mercado internacional se deve a inexistência de áreas industriais situadas dentro ou próxima da área portuária, fator determinante para a comercialização de pás no exterior, dada a impossibilidade de se transportar por rodovias para os portos, pás com 100m de comprimento cuja unidade de produção se situe distante dos portos.

Outro setor com potencial de se instalar na ZPE é o de empresas voltadas para a fabricação de peças e componentes voltados para apoiar a atividade offshore de petróleo. Este segmento conta com bom potencial comercial na ZPE, dada a sua representatividade industrial e tecnológica no eixo Rio/São Paulo.

Por último, e de forma mais ampla, prevê-se que atividades que necessitam de disponibilidade de insumo energético, eficiência portuária, logística de transporte, mão de obra qualificada e, se for o caso, portos de águas profundas, são candidatas para se instalar na ZPE do Açu.

Adicionalmente, caso seja aprovada o PL 5957/2013 que tramita no Congresso Nacional propondo ampliar os benefícios concedidos às empresas instaladas na ZPE, como aumentar para 40% o percentual de venda da produção no mercado nacional e estender os benefícios tributários às empresas prestadoras de serviço e produtora de software, será aberta uma janela de oportunidades de investimentos na ZPE do Açu, devendo atrair o interesses de empresas estrangeiras, não só por reunir a maioria dos fatores de produção, como também por ser a única que estará em operação na região sudeste em 2020 com um porto a 5Km de distância.



XII – ASPECTOS AMBIENTAIS NO ENTORNO DA ZPE

▪ Parque Estadual da Lagoa do Açu

O Parque Estadual Lagoa Do Açu- Pelag é uma unidade de conservação de proteção integral. Ele assegura a preservação de remanescentes de vegetação nativa de mata atlântica como restinga, mangue e uma importante área alagada (o banhado de Boa Vista, além da Lagoa do Açu, com 13 km de extensão no litoral); a integração de seus ecossistemas com a diversidade sociocultural da região; as espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção, da flora e da fauna.

Criado pelo Decreto n 43.522 de 20 de março de 2012, possui uma área de 8.251,45 hectares, abrangendo parte dos municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, na região do litoral Norte do estado do Rio de Janeiro.

A fauna do PELAG abriga aves migratórias e uma grande variedade de espécies ameaçadas de extinção. Outras espécies da fauna também são encontradas na unidade de conservação como: Ouriço-cacheiro, Tamanduá-mirim, Cachorro-do-mato, entre outros mamíferos, além de 150 espécies de aves. Algumas espécies da fauna que são abrigadas pelo PELAG estão ameaçadas de extinção.





▪ **Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Caruara- RPPN**

A RPPN Fazenda Caruara, mantida pela empresa que administra o Porto do Açu, conta com quatro mil hectares, é a maior unidade de conservação privada de restinga do país, e a única do estado do Rio de Janeiro que protege este tipo de ecossistema, representando cerca de 60% de todas as RPPNs criadas pelo Estado.

Na RPPN são desenvolvidos trabalhos de recomposição vegetal e monitoramento de fauna e flora, com mão de obra local. Hoje, cerca de quarenta moradores da região trabalham no espaço. Todas as mudas plantadas na reserva são produzidas em um viveiro instalado no Porto, que é específico para espécies de restinga e pode produzir até 500 mil mudas por ano.

Atualmente, o viveiro produz e maneja mais de 70 espécies de restinga e, até agora, mais de 750 mil mudas foram produzidas e plantadas na RPPN, sendo algumas espécies encontradas na lista da flora Brasileira ameaçada de extinção.

A RPPN Fazenda Caruara é a unidade de conservação responsável por mais da metade da arrecadação do ICMS Verde de São João da Barra, ele foi criado como forma de incentivo para as cidades desenvolverem ações que garantam o patrimônio natural da região e abriguem em seu território unidades de conservação, áreas protegidas ambientalmente ou mananciais

▪ **APA de Grussaí**

A Área de Proteção Ambiental de Grussaí (APA) engloba em seus limites as lagoas do Taí, Salgada, Grussaí e Iquipari. As faixas marginais de proteção (FMPs) de rios, lagos, lagoas e reservatórios d'água são faixas de terra necessárias à proteção, à defesa, à conservação e operação de sistemas

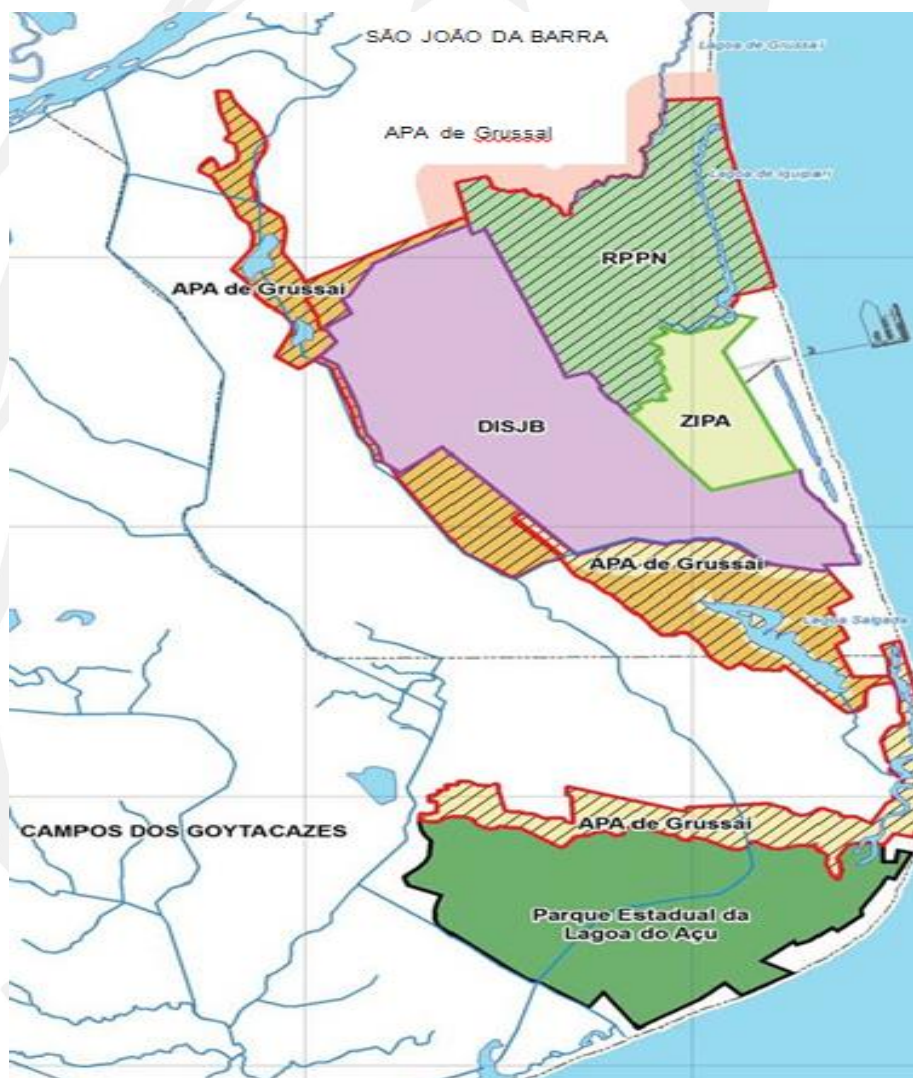


Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais

fluviais e lacustres. As lagoas de Grussaí e Iquipari foram demarcadas em 2009.

MAPA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCS) PREVISTAS PARA A ÁREA DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO



▪ **Panorama Geomorfológico Regional**

Observando-se uma área mais abrangente, na qual está inserida a Baixada Campista, considera-se que essa região é constituída por três grandes províncias geomorfológicas (que podem ser entendidas como as feições da superfície da terra encontradas em uma dada área), são elas: Região Serrana, Tabuleiros Terciários e Planície Quaternária.

A primeira é caracterizada pelas serras que ficam ao fundo da paisagem da Baixada Campista, a segunda pelas áreas planas mais elevadas que fazem a transição entre as serras e a baixada, já a terceira é representada pela baixada e suas planícies costeiras.

A área do DISJB está localizada na denominada Província Quaternária. Nesta província ocorrem as duas unidades geomorfológicas, a saber:

▪ **Feixes de Cordões Arenosos do Rio Paraíba do Sul**

Ocupa a porção costeira da área e compreende uma sucessão de feixes de restingas resultantes do empilhamento de cristas de cordões arenosos litorâneos de origem marinha e fluvial. Essas unidades ocorrem a sul e a norte da desembocadura do rio Paraíba do Sul.

▪ **Baixada Campista**

É representada pelos sistemas de relevo denominados Planícies Colúvio-Alúvio – Marinhas e Planícies Flúvio-Lagunares. É caracterizada por sedimentação de interface entre ambientes continentais e marinhos e/ou transicionais. A Baixada Campista é uma baixada flúvio-lagunar isolado do oceano pelas planícies costeiras, que juntas compõem a planície deltaica do rio Paraíba do Sul.



▪ Solos

Os solos encontrados na AID do Distrito Industrial são formados por cordões arenosos, sendo que o lençol de água superficial (chamado de 'livre') é bastante raso - entre 1,5 e 2,5 metros.

Os resultados das amostras de solo coletadas na área do DISJB mostram que ele é composto predominantemente por areia média e fina, com baixas concentrações de matéria orgânica. Os resultados, que foram avaliados à luz da Resolução CONAMA 420/2009, também mostram que o solo está livre de contaminação.

Os parâmetros que foram encontrados em maiores concentrações (alumínio, ferro, manganês e magnésio) são comumente encontrados em solo similares. Isto tem relação com o fato de que a área vem sendo utilizada para atividades agropecuárias, de pequena escala, com ausência de fontes de contaminação industrial.

À medida que há um afastamento da linha de costa, há uma diminuição da presença de sedimentos arenosos nas camadas superficiais dos solos. Nas margens dos rios, onde se concentram os gleissolos, recomenda-se que se evite a urbanização, obras viárias ou disposição de resíduos sólidos.